

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

**OS CEMITÉRIOS E A PRIMEIRA EPIDEMIA DE CÓLERA (1855-
1859) EM PELOTAS: UM ESTUDO SOBRE SEU IMPACTO NA
POPULAÇÃO ESCRAVIZADA**

ZANI FURTADO DE BORBA

PELOTAS – RS

2021

ZANI FURTADO DE BORBA

**OS CEMITÉRIOS E A PRIMEIRA EPIDEMIA DE CÓLERA (1855-
1859) EM PELOTAS: UM ESTUDO SOBRE SEU IMPACTO NA
POPULAÇÃO ESCRAVIZADA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pelotas – RS, como
requisito obrigatório para obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes.

PELOTAS – RS

2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B726c Borba, Zani Furtado de

Os cemitérios e a primeira epidemia de cólera (1855-1859) em Pelotas : um estudo sobre seu impacto na população escravizada / Zani Furtado de Borba ; Aristeu Elisandro Machado Lopes, orientador. — Pelotas, 2021.

92 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Pelotas/RS. 2. Escravizados. 3. Cólera. 4. Epidemia. 5. Cemitérios. I. Lopes, Aristeu Elisandro Machado, orient. II. Título.

CDD : 981.657

ZANI FURTADO DE BORBA

**OS CEMITÉRIOS E A PRIMEIRA EPIDEMIA DE CÓLERA (1855-
1859) EM PELOTAS: UM ESTUDO SOBRE SEU IMPACTO NA
POPULAÇÃO ESCRAVIZADA**

Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em História, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História em Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (Orientador)
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas
Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

“Cada um sabe a alegria
E a dor que traz no coração”
(TITÃS)

In Memoriam a meu pai Francisco de Assis
Borba!

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus por estar viva e ser possível concretizar um sonho procrastinado e quase imperceptível no horizonte. Acredito que nada acontece por acaso e todos que em algum momento cruzaram meu caminho foram importantes. Mesmo aqueles(as) que não acreditaram, que não apoiaram, que julgavam ser perda de tempo me auxiliar, contribuíram para eu seguir. Afinal, o conhecimento só nos é tomado pela morte.

Ao Desafio Pré-Vestibular que me proporcionou conhecer pessoas que seguem na minha vida, como a Elisângela Muller, lindinha do meu coração, ao casal Helena M. Pinheiro e Gilnei F. Souza. A colega e amiga Estela Ochoa pelas conversas e por segurar minha mão quando eu acreditava ter ultrapassado meu limite, à Nanda Ferrari que afirmava não admitir que minha letra de difícil compreensão me impedisse de ingressar na Universidade. Com a amiga Maria Antonieta entendi a necessidade e a importância dos investimentos na educação. Não basta querer, é preciso ter acesso às ferramentas.

Aos professores Diego Goulart, ao Jeffersom Ajala Gonçalves, ao Alex Souza, ao Osvaldo, professor de História, a sorridente e linda Jô da Química, ao lindo e maravilhoso professor de Geografia Vinicius Madruga e a todos os outros colegas, funcionários e demais discentes desse projeto tão importante para a sociedade pelotense.

À Sandra Ivana, minha irmã de alma e a sua linda família, a qual faço parte de coração.

Ao meu filho, Leonardo Borba, que realizou minha inscrição no ENEM e me acompanhou em todas as etapas. Inclusive fizemos um passeio pelo ICH para eu poder me familiarizar com o ambiente e não me perder nos corredores devido a minha baixa visão, bem como aos meus outros filhos e netos, razão de minha existência.

Ao meu irmão, Fernando Borba e a minha cunhada Carla Borba e sua família pelo apoio em todas as horas, principalmente naquelas ruins. Á Cyndel Borba minha sobrinha querida pelas conversas que varavam às madrugadas.

Dedico um carinho especial e minha eterna gratidão ao incomparável colega e amigo Luís Mendonça pelas incansáveis leituras, correções e companheirismo nos trabalhos em grupo ou dupla.

À Ceni Ferraz minha eterna gratidão!

Ao colega Rui Delgado pelas sugestões.

As minhas noras Larissa Ávila e Ana Paula Figueiredo pelo incentivo.

Ao Fabiko Terra pelas conversas e também pelas caronas.

A colega e amiga Fátima Machado, por ser uma grata surpresa, visto que jamais pensei que seríamos mais do que colegas. Obrigada querida!

À minha mãe e amiga, sempre pronta a me ouvir.

Meu muito obrigada às Escolas Jacob Brod e E.E.M. Dr. Amílcar Gigante pelo acolhimento e pela oportunidade.

À minha sobrinha e filha Lisandra Rocha por estar sempre ao meu lado.

Minha eterna gratidão ao professor Leandro Betemps pelos esclarecimentos sobre os Cemitérios. Sua ajuda foi de grande relevância para o desenvolvimento deste trabalho.

Meu especial agradecimento ao professor Jonas Vargas por disponibilizar minha principal fonte de pesquisa. Foi durante a sua disciplina sobre a História de Pelotas que meu TCC começou a germinar. O senhor fez a diferença!

Ao Professor e orientador deste trabalho Aristeu Machado Lopes minha admiração e gratidão! Jamais esquecerei a pergunta chave: do que realmente tu gostas? – Doença! – Então, vamos encontrar uma para trabalharmos. Professor maravilhoso, apaixonante, compreensivo, dedicado, incansável, inspirador. Me faltam palavras!

Ao Professor Paulo Possamai, um querido. Sem sua disciplina de Paleografia e a indicação de uma obra primordial na transcrição e posterior mapeamento de minha fonte, sem a qual este trabalho não seria possível.

Ao Professor Adhemar Lourenço Júnior pelas interlocuções e apoio no saguão do ICH.

À professora Rejane Barreto Jardim, a qual respeito e aprecio, uma grande mulher, sublime e batalhadora.

Meu muito obrigada a UFPEL!

Minha gratidão e reverência a todos os pesquisadores(as) que vieram antes, pois sem suas análises o desfecho deste trabalho não teria êxito.

Por fim, apresento minha deferência a todas as vítimas das pandemias, tanto àquelas da cólera, quanto as vitimadas pela Covid-19!

*A morte chega cedo,
Pois breve é toda vida
O instante é o arremedo
De uma coisa perdida
O amor foi começado
O ideal não acabou
E quem tenha alcançado
Não sabe o que alcançou
E tudo isto a morte
Risca por não estar certo
No caderno da sorte
Que Deus deixou aberto
(Fernando Pessoa)*

Resumo

BORBA, Zani Furtado de. **Os Cemitérios e a primeira epidemia de cólera (1855-1859) em Pelotas**: um estudo sobre seu impacto na população escravizada. Pelotas: UFPEL, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

Este trabalho de conclusão de curso visa estudar o impacto da cólera na população escravizada na cidade de Pelotas (RS), entre os anos 1855 a 1859, a partir do “Livro de Óbitos nº 3 (1855-1859) da “Cúria de Pelotas”. Um breve histórico sobre a cólera morbos: surgimento; contexto histórico que propiciou o contágio; prevenção; tratamento; chegada ao Brasil e a maneira de espalhamento atingindo o Rio Grande do Sul e, principalmente, Pelotas. Nesse período, a cidade prosperava à custa do trabalho escravizado em condições extremas de sobrevivência: rigores do clima, vigilância rigorosa; condições insalubres de trabalho, requisitos ideais para a propagação da cólera e outras moléstias. Oficialmente, a primeira Epidemia de Cólera a atingir o Brasil foi em 1855, teria matado cerca de 200 mil pessoas e, dessa população, dois terços eram negros. Embora todas as classes sociais fossem atingidas, as maiores vítimas eram os escravizados e os mais pobres. Em Pelotas foi responsável pelo fechamento dos cemitérios tradicionais e abertura das Sepulturas Rasas conhecidas como Campo Santo/Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, posteriormente ampliado e atualmente denominado São Francisco de Paula e Cemitério Santo Antônio da Boa Vista, por muito tempo confundido com o São Lucas, estes visando a saúde pública.

Palavras-chave: Pelotas. Escravizados. Cólera. Epidemia. Cemitérios.

Abstract

BORBA, Zani Furtado de. **The cemeteries and the first cholera epidemic (1855-1859) in Pelotas**: a study on its impact on the enslaved population. Pelotas: UFPEL, 2021. End-of-Course Paper, Degree in History, Federal University of Pelotas, 2021.

This end-of-course paper aims at studying the impact of cholera in the enslaved population in the city of Pelotas (RS), between the years of 1855 to 1859, based on the “Book of Deaths n. 3 (1855-1859) of the “Curia of Pelotas”. A brief history on cholera diseases: rise; historical context that fostered the contamination; prevention; treatment; rise in Brazil and the dissemination reaching Rio Grande do Sul and, mainly, Pelotas. In that time, the city, the city prospered through enslaved work in extreme conditions of survival: extreme climate, careful monitoring; unhealthy working conditions, ideal requisites for the spread of cholera and other diseases. Officially, the Cholera Epidemic to reach Brazil was in 1855, killing around 200 thousand people and, of this population, two thirds were black people. Although all social classes were devastated, most of the victims were the enslaved ones and the poorer populations. In Pelotas this resulted in the closing of the traditional cemeteries and the opening of Shallow Graves known as Holy Field / Cemetery of the Santa Casa de Misericórdia, later expanded and currently called São Francisco de Paula and Cemetery Santo Antônio da Boa Vista, for a long time confused with São Lucas, these aimed at the public health.

Keywords: Pelotas. Enslaved. Cholera. Epidemic. Cemeteries.

Lista de Figuras

Figura 1 Limites da Vila São Francisco de Paula	48
Figura 2 Cemitérios da tradição	56
Figura 3 Covas rasas	60
Figura 4 Cemitério Santo Antônio da Boa Vista	60

Lista de Tabelas

Tabela 1 Relação de mortos por localidade	41
Tabela 2 Relação de perdas de escravizados por senhor.....	66

Sumário

Introdução	14
CAPÍTULO 1 – A procedência da Cólera: disseminação, contágio, prevenção ...	19
1.1 Apresentação do capítulo	19
1.2 Procedência da Cólera.....	19
1.3 Informações gerais: contágio, sintomas, prevenção	20
1.4 A cólera se espalha e chega ao Brasil	23
1.5 A Cólera atinge a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e as charqueadas	24
1.6 Saneamento	26
CAPÍTULO 2 – Pelotas e seus cemitérios: “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”.	37
2. 1 Apresentação.....	37
2. 2 Os Mortos na cidade de Pelotas	40
2. 3 Os Cemitérios na cidade de Pelotas	42
2. 4 Cronologia dos Cemitérios na cidade de Pelotas	52
2. 5 Classificação dos cemitérios na cidade de Pelotas	54
2. 5. 1 Cemitérios segundo a Tradição	54
2. 5. 2 Cemitérios da cidade de Pelotas priorizando a saúde.....	56
2. 5. 3 O surto de cólera: mudança nos enterramentos.....	61
2. 5. 4 Enterramentos no Cemitério da Santa Casa.....	62
2. 6 A Epidemia atinge as Charqueadas.....	64
2. 7 Transcrição e análise do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da Cúria de Pelotas	65
Considerações Finais	70
FONTES.....	76
REFERÊNCIAS.....	76
Apêndices	80
Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados	81
Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados (cont.)	82
Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados (cont.)	83
Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados (cont.)	84
Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados (conclusão)	85
Tabela 4 Lista de óbitos dos não escravizados.....	86
Tabela 5 Lista de óbitos das não escravizadas	87
Anexos	88

Anexo A – Ocupação do Arroio Pelotas – séc. XIX	89
Anexo B – Mapa do Primeiro Loteamento – séc. XIX	90
Anexo C – Folha nº 3, v do "Livro de óbitos"	91

Introdução

O crescimento populacional e os contatos entre continentes alavancados pelo colonialismo, imperialismo e o processo industrial foram alguns dos fatores que contribuíram para que grandes flagelos assolassem e contaminassem milhares de pessoas no decorrer do século XIX. Contudo, são inegáveis os avanços tecnológicos e científicos desencadeados – como, por exemplo, as investigações de Pasteur que culminaram no desenvolvimento das vacinas, que começam pela importância da assepsia¹ e da antissepsia², medidas de prevenção que possuem uma relação estreita com o saneamento básico e a qualidade da saúde pública. Todavia, no caso do Brasil, é somente em 1988 que a saúde pública passa a ser protegido pela Constituição Federal e se constitui em direito universal. (SANTOS, 1994).

Podemos então afirmar que o século XIX destacou-se pelas grandes transformações, mas também pela devastação ocasionada pelas epidemias. Entre os fatores de risco estariam a aglomeração de pessoas, pobreza e a insalubridade ou teoria dos miasmas³, a qual no final do século XIX seria substituída pela teoria bacteriológica⁴ e, com ela a prevenção, a importância da vacinação e do saneamento.

Santos (1994, p. 80) declara que:

Ainda que a cólera tenha feito suas primeiras vítimas nessa época de ampliação dos contatos entre Europa e Oriente, foi no século XIX que ela marcou profundamente a história da humanidade, originando-se dos seus nichos ecológicos na Índia – um permanente foco de reprodução do bacilo ainda em nossos dias – e propagando-se da região de Bengala e do Delta do Ganges por toda a Europa e Américas.

Santos segue afirmando ter sido na década de 1830 que a cólera generaliza-se, tornando-se endêmica entre as populações atingidas e seria causada pela “ineficácia de medidas sanitárias, que, como se saberia mais tarde (a partir da revolução bacteriana do fim do século), só se tornariam eficazes pela descontaminação da água e pela canalização dos esgotos”. (SANTOS, 1994, p. 84).

¹ Esterilização para prevenir infecção por germes microbianos nocivos ao organismo, ambientes e objetos.

² Conjunto de medidas profiláticas que previnam infecções.

³ Teoria hoje ultrapassada, porém, naquele período acreditava-se serem os miasmas vapores oriundos da putrefação da matéria orgânica que contaminava o lençol freático e era o causador de doenças.

⁴ Teoria baseada no conceito de que após identificar o agente causador e os meios de transmissão, os problemas de prevenção e cura estariam resolvidos. Mais informações disponíveis em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/a-era-bacteriologica/15760>. Acesso em: 5 dez. 2019.

A Cólera desencadeou uma apreensão, fazendo com que os governos locais desenvolvessem iniciativas de organização sanitária. (SANTOS, 1994). Importante salientar que saúde pública e saneamento básico estão Inter-relacionadas.

no século XIX o flagelo abateu-se com violência sobre as populações mais pobres e mal alimentadas, mais propensas à utilização de águas contaminadas, excluídas das mínimas condições de higiene que o progresso urbano no Brasil já assegurava às camadas sociais mais altas. A historiografia nota a perda de milhares de negros escravizados nas cidades e, particularmente no Vale do Paraíba, a perda de grande número de escravizados pelos fazendeiros. A população livre, de cor, sofreu igualmente o Impacto letal da moléstia. Estima-se que, de modo geral, os negros no Brasil chegaram a dois terços do total de mortos pela cólera. (SANTOS, 1994, p. 84).

Corroborando para a relevância do estudo com relação ao Brasil, Rêgo (1873) expõe ter sido em meados do século XIX que oficialmente a primeira Epidemia de Cólera, 1855 teria matado cerca de 200 mil pessoas. “Esses números seriam bem maiores se fossem considerados a mortalidade nas Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Pernambuco”. (SANTOS, 1994, p. 88). Entre julho de 1855 e maio de 1856 as fatalidades somaram 4828, só comparadas às mortes por febre amarela cinco anos antes. “A epidemia atacou de preferência os pretos, os homens de cor e as classes mais inferiores da sociedade”. (RÊGO, 1873, p. 109).

A Cólera teria chegado ao Rio Grande do Sul em 1855 e os jornais circulantes alertavam sobre medidas de prevenção que ao menos amenizassem o mal, pois havia certa predisposição de alguns em adquirir a moléstia e para evitá-la era necessário “seguir o exemplo das classes superiores que vivem cômoda e regularmente, isto é, que observam exatamente todos os princípios higiênicos”. (O NOTICIADOR, 27 DE OUTUBRO DE 1855, N. 144. p. 2).

Desse modo, podemos perceber que as notícias circulavam, que se tinha conhecimento da gravidade das Epidemias e as medidas tomadas não foram suficientes para evitar a grande mortalidade. No Relatório dos Presidentes das Províncias⁵ podemos ler:

Nessa época infeliz a epidemia de cólera asiática, que dizimara tantas vidas em certas províncias do Norte, e invadira a própria Corte, começou a introduzir-se na província, sem embargo das medidas preventivas que pus em prática logo depois da minha posse. [...] O terrível flagelo, que não respeita zona alguma, mal podia recuar ante a quarentena que mandei estabelecer na barra do Rio Grande, onde às pressas foi criado um pequeno lazareto na praia do Sul, e uma casa de observação na do Norte.

⁵ Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: império (RS), 1830 a 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&pasta=ano%20185&pagfis=1063>.

Quanto a Pelotas⁶, em meados do século XIX, negociava com as Províncias do Brasil e com a Europa⁷. Então, se por um lado esse amplo comércio trazia prosperidade, por outro lado, seu polo charqueador reunia as condições ideais para a propagação da cólera e outras moléstias. Questões que serão melhor detalhadas no decorrer do primeiro capítulo.

O alcance da cólera “obedeceu ao padrão de difusão e circulação de doenças transmissíveis através do mundo, [...] se expandido ainda mais pelo globo do que a Peste Negra na Idade Média”. (SANTOS, 1994, p. 81). Foi o século XIX e o alastramento da cólera que propiciou a tomada de medidas sanitárias internacionais objetivando impedir a expansão de doenças como a cólera e a varíola. (SANTOS, 1994).

Importante salientar que as medidas de prevenção foram duramente criticadas, caindo em desuso até final do século XVIII. Contudo, essas práticas retornaram ao debate a partir de 1850 tendo a cólera, começado a “reverter a balança do saber médico em direção às teorias do contágio por germes”. (SANTOS, 1994, p. 81).

De acordo com Mastromauro (2011, p. 1):

Acreditava-se serem os miasmas, emanções nocivas invisíveis que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. Os miasmas seriam gerados pela sujeira encontrada nas cidades insalubres, e também por gases formados pela putrefação de cadáveres humanos e de animais.

Com relação às causas que diminuía a resistência as doenças e elevavam a mortalidade, Maestri (1984, p. 82.) declara que:

As condições e intensidade do trabalho no escravismo colonial brasileiro faziam com que o escravo produtivo tivesse um período de “vida útil” extremamente baixo. Ele era, no geral, para um escravo assenzalado, algo em torno há dez anos.

Somam-se a esses fatores, as precárias condições de higiene, rigores do clima, a umidade e os alagadiços que reuniam condições propícias para a proliferação de insetos que invadiam as residências. (GILL, 2012, p. 136).

Segundo Gutierrez (2004) ao tratar das Charqueadas de Pelotas, metade de cada animal abatido terminava sendo descartado, poluindo a água e as terras locais.

⁶ Entre 1850-1890 Pelotas vivenciou o auge e a decadência das charqueadas escravistas. (VARGAS, 2016, cap. 2).

⁷ Os couros foram responsáveis por 32,6% das exportações brasileiras para Portugal, só superada pelo açúcar, ainda no período de formação das charqueadas. (VARGAS, 2016).

Cercas feitas de ossos eram comuns na região, enquanto os riachos sufocavam com o sangue e as vísceras dos bois.

A epidemia de cólera, terceira no mundo e primeira no Brasil ocorreu entre os anos de 1855 a 1859 e atingiu Pelotas, foco do nosso estudo. Por não haver pesquisa específica sobre as inumações ocorridas no Cemitério Santo Antônio da Boa Vista⁸, relacionando a causa da morte e os escravizados, escolhemos trabalhar com o Livro de Óbitos nº 3, pois os seus registros estão inseridos no período mencionado. Nesse sentido, podemos considerar ser este o primeiro trabalho a abordar a questão.

Este estudo divide-se em dois capítulos. No primeiro, nos propomos a realizar um breve histórico sobre a cólera morbos⁹: surgimento; contexto histórico que propiciaram o contágio; prevenção; tratamento; chegada ao Brasil e a maneira de espalhamento atingindo o Rio Grande do Sul e principalmente a cidade de Pelotas entre os anos 1855 a 1859.

No segundo capítulo objetiva-se responder os questionamentos a seguir: quais as causas da morte, em qual classificação se inserem (homem ou mulher, cativo ou liberto, senhor)? Assim como, data de falecimento e local de sepultamento, relacionando as condições de vida nas charqueadas com a propagação da epidemia de cólera. Por fim, realizamos a transcrição e mapeamento do “Livro de Óbitos nº 3 (1855-1859)” da Cúria de Pelotas.

No decorrer da pesquisa nos deparamos com outras questões a considerar, além das já mencionadas. Questionamentos que poderiam suscitar dúvidas em relação à dinâmica da origem, fechamento ou gerar ambiguidade entre Cemitérios homônimos, caso do Cemitério Santo Antônio da Boa Vista/Boa Vista, atual São Lucas, motivos, entre outros, que resultaram na ampliação desta análise.

Com o agravamento da epidemia de cólera, tornou-se urgente reduzir gastos e sepultar os mortos rapidamente, devido ao alto risco de contágio. Desse modo, foram criadas áreas de enterramentos com túmulos demarcados apenas por uma cruz de madeira no interior das propriedades charqueadoras. (OGNIBENI, 2005).

Devido ao grande número de cemitérios, discordância na apuração dos registros das vítimas, dificuldades no entendimento sobre a localização do

⁸ Cemitério Santo Antônio da Boa Vista, construído às pressas devido à epidemia de cólera, funcionando de 26 de novembro de 1855 a 14 de maio de 1859.

⁹ Grafia atualizada.

denominado Boa Vista¹⁰, por exemplo, tornou-se imprescindível analisar documentos arquivados no Museu da Biblioteca Pública Pelotense, autoria de Alberto Cunha [19-], intitulado “Estatística das Inumações no Cemitério da Cidade ano de 1855 a 1859”.

Subsequentemente, realizadas as devidas anotações, elaborou-se uma comparação entre os sepultados no cemitério Santo Antônio da Boa Vista e o cemitério da Santa Casa de Misericórdia, mais especificamente as Sepulturas Rasas/Campo Santo, local de enterramento dos primeiros coléricos. Sendo essas as principais fontes usadas, tendo como problemática a situação do espalhamento da cólera e as suas consequências, especificamente em Pelotas/RS.

Após realizada a Transcrição do Livro, para facilitar a contagem foi construída uma tabela respeitando-se a ordem dos registros, datas das respectivas mortes e número das folhas. A seguir a tabela do mapeamento foi dividida em três grupos: primeiro grupo Apêndice A (Tabela 3, p. 81 a 85) relaciona homens e mulheres escravizados(as); o segundo grupo Apêndice B (Tabela 4, p. 86) se refere aos homens não escravizados e o último grupo Apêndice C (Tabela 5, p. 87) lista os óbitos das mulheres não escravizadas.

¹⁰ Para melhor compreensão inserimos em anexo dois mapas referentes aos primeiros tempos do povoamento do município de Pelotas. No Anexo A, p. 89, visualizamos a ocupação do arroio Pelotas – século XIX, respectivas propriedades charqueadoras e seus arredores. Na página seguinte, o Anexo B, apresenta o primeiro loteamento e as suas divisões.

CAPÍTULO 1 – A procedência da Cólera: disseminação, contágio, prevenção

1.1 Apresentação do capítulo

Neste capítulo abordaremos sobre o que é a cólera, quais seus principais sintomas, sua origem e procedência, como ocorre o contágio e como se prevenir. Nosso enfoque é a cidade de Pelotas no decurso da primeira pandemia de cólera (1855-1859). Quais as medidas tomadas para prevenir ou amenizar as consequências da epidemia? Também, discutiremos aspectos referentes a prosperidade da cidade que se por um lado trazia riqueza por outro o contato amiúde entre pessoas oriundas de diversas localidades, somada as condições insalubres, rigores do clima, alimentação a base de charque e as circunstâncias a que estavam sujeitos os escravizados, propiciavam ao contágio e ao alastramento de doenças.

1.2 Procedência da Cólera

Como mencionado por Santos (1994) a cólera teve origem na Ásia – denominada pelos epidemiologistas de “Cólera morbos ou asiática” –, expandindo-se “da região de Bengala e do Delta do Ganges por toda a Europa e Américas”. (SANTOS, 1994, p. 80).

Os europeus já teriam conhecimento da doença desde o final do século XII ou início do XIII e sua disseminação seguiu o mesmo padrão de outros flagelos. Segundo o autor os historiadores enfatizam o trajeto europeu e para compreender o porquê, alguns fatores precisam ser considerados. A resposta estaria em seu caráter epidêmico “Na Ásia teríamos a configuração de uma endemia, não de uma epidemia, termo que sugere maior gravidade do que o primeiro”. Somada a questões políticas e sociais envolvidas. (SANTOS, 1994, p. 79).

Mas, porque endemia na Ásia se as mortes eram numerosas e a situação sempre foi gravíssima? Para os especialistas se as mortes são estáveis durante uma década ou mais, trata-se de endemia, explicando-se assim “a tolerância dos governos daqueles países em relação à cólera e a ausência de revoltas populares contra o descaso governamental”. (SANTOS, 1994, p. 80).

Conforme Santos (1994) a primeira pandemia generalizada do mundo moderno que ultrapassou o subcontinente indiano foi consequência das novas rotas de comércio inglesa e das manobras militares que ocorreram a partir de 1817, globalizando-se em definitivo a partir de 1830, curso da segunda epidemia de cólera.

A estabilidade da doença a tornou endêmica devido à ineficiência das medidas sanitárias. A moléstia após passar por um período de adaptação entre o microrganismo e o seu hospedeiro, que sobrevinha ato contínuo a grande mortalidade, novas pandemias se intensificavam na Ásia refazendo as rotas anteriores, causando terror nas populações. Sendo que:

A partir de 1850, a navegação a vapor e o transporte ferroviário intensificaram os deslocamentos populacionais e as trocas comerciais. Das antigas rotas brotavam outros cursos da doença. O Brasil não tardaria a incluir-se nos novos itinerários. (SANTOS, 1994, p. 84).

Rêgo (1873) afirma que em 1830 a cólera foi responsável pela grande mortalidade tanto na Europa quanto na América, causando terror na população, incluindo aos práticos¹¹ que anteviam grandes prejuízos para a saúde da população, se as condições de higiene pública e polícia sanitária não se mantivessem alerta.

Na concepção de Rêgo (1873), o Brasil devido à sua localização geográfica privilegiada e boas relações comerciais mantidas com o exterior, as duas epidemias anteriores (1830 e 1843) não nos atingiram, fato que causou uma falsa impressão de que estaríamos de certo modo protegidos. Como exposto por Rêgo (1873), impressão que cobraria um alto preço em vidas, já que ainda estávamos nos reerguendo da epidemia de febre amarela que cursara em 1854.

1.3 Informações gerais: contágio, sintomas, prevenção

A cólera é uma doença intestinal aguda, infecciosa, tendo como agente causador o *Vibrio cholerae*, inserida na categoria bactéria, toxigênico do Grupo O1 ou O139, (CID A00.9). (INFORME-NET DTA, 2018).

Os principais sintomas são vômitos intensos, diarreia líquida e câimbras nas pernas. Após o contágio, a transmissão ocorre por via oral, pela ingestão de alimentos mal higienizados, água contaminada e pela ineficiência de saneamento básico. A propagação é rápida, principalmente em grandes núcleos populacionais e na ocorrência de catástrofes naturais – terremotos, enchentes, campos de refugiados, favelas e locais insalubres –, e se o atendimento não for imediato, advém o choque e o óbito em poucas horas, pela grande perda de líquido¹². Dos infectados 90% são

¹¹ O mesmo que especialistas.

¹² Atualmente, os serviços médicos e os Laboratórios de Análises Clínicas devem obrigatoriamente notificar, inclusive ao Ministério da Saúde, em 24h para que medidas de prevenção e o devido controle de espalhamento sejam elaboradas e efetivadas.

assintomáticos e 10% sintomáticos com risco de morte. (COMITÊ REGIONAL PARA A ÁFRICA, 68 (2018), s/p).

Ainda, de acordo com a mesma fonte, após a contaminação há um período curto de incubação, compreendido entre duas horas e cinco dias, afetando crianças e adultos, com maior ou menor gravidade, mas com certeza os mais atingidos são as populações mais pobres. O documento relata que o:

relatório anual conjunto OMS-UNICEF de 2017 sobre água e saneamento indica que, em todo o mundo, há 663 milhões de pessoas sem acesso à água potável e mais de mil milhões bebem água de fontes que contêm contaminação fecal. Por outro lado, as deslocações populacionais provocadas por conflitos, catástrofes naturais e alterações climáticas extremas criam condições favoráveis a surtos de cólera em muitas zonas do nosso planeta. (COMITÊ REGIONAL PARA A ÁFRICA, 68 (2018), s/p).

Conforme o INFORME-NET DTA, 2018 medidas tem sido implementadas objetivando a erradicação da doença até 2030, pois os casos tem aumentado muito nos últimos anos, constituindo ainda um grande problema de saúde pública, principalmente em países deficientes em saneamento básico, acesso à água potável e desenvolvimento social. No Brasil as regiões mais atingidas entre 2006-2011 foram o Norte com 11.613 casos ativos e 272 óbitos e a região Nordeste com 155,363 episódios confirmados e 1712 mortes, não havendo dados disponíveis depois dessa data.

De acordo com o documento citado anteriormente:

A OMS não impõe qualquer restrição de viagens e comércio ou qualquer medida de quarentena, ou barreira sanitária. Também não recomenda quimioprofilaxia¹³ e vacinação¹⁴ no trânsito de pessoas, entrada ou saída, entre os países afetados e não afetados pela cólera, o que se aplica às pessoas que ingressaram e vão permanecer nos países. No entanto, a Vigilância Epidemiológica estará atenta aos casos importados de cólera que porventura ocorrerem em turistas ou imigrantes procedentes de países com cólera, podendo utilizar vacina oral contra a cólera em grupos de risco que tiveram contato com o caso importado, para evitar a disseminação da doença. (INFORME-NET DTA, 2018, s/p).

Câmara (2020, s/p) considera a cólera uma doença terrível, tendo sido comparada a Peste Negra por levar a óbito a maioria dos infectados em apenas um dia.

A cólera torna os pacientes irreconhecíveis devido à intensa desidratação: a face “chupada”, cianótica, modifica bastante a fisionomia do sujeito. O doente se torna sonolento e confuso (letárgico) à medida que a desidratação

¹³ Medicamentos que a previnam. Os antibióticos são usados quando já houve o contágio sendo administrados, antes mesmo da confirmação pelos Laboratórios porque a doença precisa ser combatida nas primeiras 24h após a contaminação.

¹⁴ A vacina não é obrigatória e não faz parte das campanhas ou calendário de vacinação.

prossegue, até que, por fim, sobrevém o choque que leva ao coma e à morte rapidamente. (CÂMARA, 2020, s/p).

O autor ainda considera a doença um flagelo:

Tipicamente da era pré-industrial e dos países pobres, sendo considerada uma “doença da miséria”. Desde a Antiguidade a cólera só era conhecida na Índia, mas a partir de 1816 a doença se espalhou para fora de sua zona endêmica, atingindo a Europa a partir de Bengala, após infectar o exército britânico, e em 1824 atingiu a Ásia. A segunda pandemia, ainda maior que a anterior, começou em 1829 e alcançou a Europa e a América da era industrial e dos países pobres. (CÂMARA, 2020, s/p).

Aprofundando o tema Câmara (2020, s/p) faz uma comparação entre a atual pandemia de Covid-19 e a cólera afirmando que naqueles tempos, assim como acontece na atualidade, a pandemia levou as pessoas ao desespero.

A medicina da época tratava a cólera com sangrias e purgativos, o que só abreviava a morte dos doentes. [...] não se tinha confiança nos médicos, e os hospitais eram tidos como caminho certo para a sepultura e focos disseminadores da doença, algo que vemos hoje em relação à pandemia de Covid-19. [...] A infecção se espalhava pelo hospital, atingindo também o corpo médico e enfermagem. [...] Os mais exaltados acreditavam que isso era uma conspiração dos ricos com os médicos para eliminar a população pobre. (CÂMARA, 2020, s/p).

Durante a pandemia de 1832, imigrantes, pessoas suspeitas de estarem contaminadas foram perseguidas, hospitais depredados e médicos agredidos nas violentas revoltas populares ocorridas na França, Inglaterra e Alemanha. (CÂMARA, 2020, s/p).

Além das duas primeiras pandemias citadas, a cólera causou repetidas epidemias na Europa, Oriente e Américas. No Japão, logo após a abertura dos portos ao comércio internacional no final do século XIX, com a Era Meiji, uma violenta epidemia de cólera irrompeu no país, exterminando três milhões de pessoas. A doença foi introduzida por um doente vindo a bordo da fragata americana USS Mississippi. (CÂMARA, 2020, s/p).

Precisamos, contudo, destacar que o patógeno causador da Covid-19 e o da cólera são distintos. Nesse viés Schulz (2020, s/p.) analisa que a cólera é “causada por uma bactéria, o vibrião colérico, e não por um vírus, como o novo corona vírus (SARS-CoV-2), que causa a Covid-19”. Enquanto o primeiro só foi identificado após várias epidemias, expandindo-se pelo mundo durante anos em cada um dos ciclos pandêmicos, dispõe de vacina e tratamento, o segundo se disseminou rapidamente atingindo 185 países, foi identificado com rapidez e a vacina desenvolvida num prazo menor. No caso da Covid-19 a vacina está sendo aplicada em larga escala, mas no caso da cólera, a justificativa para não vacinar encontra-se na porcentagem de eficácia que fica em torno de 70%.

É válido enfatizar que a cólera assim como outros flagelos poderiam ser contidas, evitadas e seus danos amenizados se medidas preventivas fossem efetivadas: higienização das mãos e alimentos, saneamento básico, vacinação, combate à pobreza, evitar aglomerações, ferver a água antes de beber e evitar viagens para locais onde haja suspeita de qualquer patologia contagiosa em curso, entre outros métodos de prevenção já mencionados¹⁵.

Destarte torna-se vital desenvolver e executar medidas educativas eficazes para conscientizar a população da importância da prevenção e o incentivo das medidas cabíveis para impedir o avanço ou amenizar os danos causados pelos flagelos. Outro fator que merece ser destacado são as várias mutações sofridas pelos agentes patogênicos. É incontestável que, embora medidas de prevenção sejam empreendidas, ainda há um longo caminho até a erradicação total da doença.

Essa afirmação é ratificada pelo histórico das diversas epidemias de cólera que sucederam à primeira. Como exemplo citamos a sétima Pandemia de cólera causada pelo biotipo El Tor, desenvolvido no mesmo ano (1961) em que a doença surgiu. Os dados são públicos, fornecidos pela FIOCRUZ, ONU, Secretarias de saúde e pela Comissão Nacional de Prevenção da Cólera (CNPC). (CÂMARA, 2020, s/p).

Na visão do mesmo autor mencionado, as pregressas pandemias de cólera caíram no esquecimento e a atual pandemia de Covid-19 seria um espelho daquelas. O aspecto favorável do flagelo é que após a experiência ocidental com a primeira pandemia um amplo debate foi fomentado sobre infectologia. “Só depois de suas primeiras devastações, é que se principiou a olhar com mais atenção para os melhoramentos da higiene pública, e tomaram-se outras medidas no interesse dos doentes e da salubridade geral”. (RÊGO, 1873, p. 77).

1.4 A cólera se espalha e chega ao Brasil

Se até 1843 a cólera ficou restrita a Ásia e Europa, o mesmo não ocorreu com a terceira epidemia mundial. Nas palavras de Rêgo (1873) a “doce ilusão” de que estaríamos incólumes, nos fez negligenciar e não elaborar estratégias que amenizassem ao menos o mal, porque fomos alertados pelos acontecimentos em

¹⁵ Outras informações sobre prevenção da doença e métodos de tratamento, acessar o documento completo em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-transmitidas-por-agua-e-alimentos/doc/2018/colera18_infteccolera.pdf. Atualmente, informações sobre prevenção, tratamento, atendimento médico, vacinas, etc. encontram-se acessíveis ao público nos Postos de Saúde, sendo estes os primeiros locais a serem contatados.

outros países e deveríamos ter melhorado o serviço sanitário e aperfeiçoado a higiene pública. As medidas preventivas desconsideraram nossas relações comerciais crescentes e amiúdes, por meio do transporte a vapor.

Essa atitude foi responsável por:

trazer o germen epidêmico e atear com os elementos aqui existentes uma extensa e intensa epidemia. Com efeito, não se fez esperar o castigo do erro que cometemos de adiar sempre a adoção das medidas iniciadas em presença dos estragos de outro flagelo¹⁶ que tanto nos fizera sofrer e que nos não havia abandonado de todo reavivando aqui e ali feridas ainda sangrentas, e pondo pêas¹⁷ ao movimento progressivo do país. (RÊGO, 1873, p. 80).

Rêgo (1873) declara ter sido a Província do Pará, por estar localizada o mais próximo do Equador, a primeira a ser atingida pelo flagelo e que este, teria vindo a bordo da galera portuguesa Defensora que ali aportara em 15 de maio de 1855. O navio trazia a bordo 288 colonos, 16 passageiros e 18 homens de tripulação, e embora tenha perdido 37 pessoas durante a viagem, sendo 36 colonos e um tripulante, no período de 24 de abril a 12 de maio de 1855, a embarcação não foi barrada, pois, trazia em seu poder Carta de Saúde limpa e sem doentes a bordo.

Os relatos do ocorrido durante a viagem deveriam servir de alerta, mas, baseando-se na Carta de Saúde que isentava o comandante de qualquer responsabilidade, apressaram o desembarque. Os tripulantes afirmavam que as mortes e moléstias teriam sido causadas pela fome, sede, espancamentos e não por contágio. (RÊGO, 1873).

Em um curto intervalo de tempo a doença migrou para as regiões limítrofes como o Amazonas e o Maranhão, a despeito de num primeiro momento ter sido afirmado haver ficado isenta, isso não ocorreu. Da Bahia chegou a Corte e daí rapidamente às demais Províncias, com exceção do Piauí e do Ceará, mas que seriam atingidas com a segunda epidemia a atingir o Brasil em 1862.

1.5 A Cólera atinge a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e as charqueadas

A velocidade de propagação acompanhava a maior ou menor rapidez com que avançavam os contatos. Em novembro de 1855 as medidas tomadas para evitar o

¹⁶ O autor refere-se a febre amarela.

¹⁷ Empecilho, nada que barrasse a propagação da doença.

ingresso do flagelo, incluindo a quarentena do navio Imperatriz, mostraram-se inúteis, e a cólera eclodiu gerando o pânico e aflição entre os habitantes.

No ano de 1855 as condições sanitárias da província eram avaliadas como insatisfatórias e havia o temor de que se repetissem os casos de febre escarlatina e de contaminação das bexigas nas tropas aquarteladas em São Gabriel. Na tentativa de impedir que a cólera ingressasse na província o navio Imperatriz proveniente do Rio de Janeiro e Santa Catarina foi colocado em quarentena quando aportou no Rio Grande e um Lazarento¹⁸ foi criado apressadamente na praia do sul e mais uma casa de observação no Norte, como medidas profiláticas. O alastramento se deu porque os infectados burlaram a “vigilância do médico encarregado pela quarentena ou porque este não aplicou a devida atenção, conseguindo os primeiros descer à terra e seguir para onde lhes conveio”¹⁹.

Em todas as Freguesias da Província comissões foram designadas com instruções que deveriam seguir para atender com brevidade os casos que porventura se manifestassem e esperavam também contar com auxílio da “caridade particular”. Além destas ações, na luta para conter o flagelo, uniu-se a equipe médica a outros grupos, como os dos presidiários, dos ricos, dos pobres e o clero.

Nessa perspectiva O *Noticiador* de 27 de outubro de 1855, do mesmo modo, publicava um alerta à população sobre casos no mundo e as medidas que deveriam ser efetivadas, caso a cólera atingisse a Província.

A natureza da condição constitucional é desconhecida, mas por isso sua existência não deixa de ser reconhecida. Todas as causas predisponentes enumeradas por Mr. Broussais obrarão mais ou menos energicamente conforme a sua violência e estado de condição constitucional do indivíduo, mas não são as únicas. [...] os meninos são menos predispostos que os adultos, e que só são acometidos quando a epidemia está muito avançada e violenta. Os velhos são mais predispostos a doença e avalia que a causa é devida mais pelas doenças crônicas que os acomete do que pela idade. Quanto aos sexos parece-lhes que as mulheres são menos predispostas que os homens. [...] passado algum tempo essa predileção pelos homens desapareceu, sendo uns e outros acometidos na mesma proporção. (O NOTICIADOR (RS), 1855, s/p).

O Periódico ainda afirmava em sua coluna que estaria comprovado que os “indigentes” (sic) estavam entre os mais atingidos por estarem expostos às intempéries, falta de asseio e má alimentação. Era primordial seguir o exemplo dos

¹⁸ Locais de quarentena, espécie de Hospital.

¹⁹ Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: império (RS), 1830 a 1889.

mais abastados que seguiam os princípios de higiene, ou seja, mantinham uma vida regular, ocupada e sóbria. (O NOTICIADOR (RS), 1855, s/p).

Outra predisposição muito importante para o desenvolvimento da cólera seria a aglomeração de várias pessoas num pequeno espaço, fato percebido em outros países, como, por exemplo, a cidade de Varsóvia, capital da Polônia, onde a cólera teria afetado os moradores de uma rua estreita, constituída por casas pequenas, úmidas, onde residiam muitas pessoas que por conta da indigência (sic) estavam desprovidos de higiene e alimentação adequada. A solução encontrada para diminuir a doença foi distribuir essas pessoas para outros locais da cidade. (O NOTICIADOR (RS), 1855, s/p).

Em Viena na Áustria as autoridades alugaram casas devolutas e as distribuíram entre os pobres, e as guarnições dos quartéis também foram deslocadas, ocasião em que afirmavam não ter sido acometido pela cólera um só soldado. Contribuíram também para a disseminação e agravamento da moléstia algumas cerimônias religiosas, que em alguns casos excederam doze mil pessoas. (O NOTICIADOR (RS), 1855, s/p).

A exposição dos fatos leva-nos a crer que a gravidade da epidemia era de conhecimento tanto dos governantes quanto da população, mas recomendações foram ignoradas ou negligenciadas acarretando no alastramento do flagelo.

Devido a sua importância, passaremos a analisar brevemente a situação insalubre das cidades, enfatizando a cidade de Pelotas, e a relação existente entre saúde e saneamento.

1.6 Saneamento

Para entendermos as implicações da falta de saneamento básico na saúde da população precisamos primeiramente conceituá-lo: saneamento básico é parte integrante da realização plena dos direitos humanos por ser um recurso basilar e um serviço de saúde. Desse modo, Saker (2007, p. 17) assevera que dois aspectos precisam ser considerados:

Primeiro o seu aspecto formal, que abrange o conjunto dos serviços públicos, infraestrutura e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Este conceito é adotado na Lei nº 11.445 de 2007, em seu art. 3º, inciso I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”. [...] entretanto, o conceito de saneamento básico material é muito mais abrangente. O saneamento básico é o serviço público que abrange todas as tarefas mencionadas: abastecimento de água, esgotamento sanitário,

limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e, ainda, a questão cultural, ambiental, sanitária, estritamente ligadas à saúde pública, problema de desenvolvimento ligado à economia, além de corolário dos direitos humanos, essencial à sadia qualidade de vida. (SAKER, 2007, p. 17).

Xavier (2010, p. 27) afirma que as primeiras técnicas sanitárias tiveram origem nos tempos antigos e durante muito tempo foram utilizadas nas cidades.

Sendo que algumas delas são utilizadas até hoje. Barragens, filtros, aquedutos, encanamentos, poços, fontes, cisternas, banheiras e latrinas foram algumas das principais contribuições desse período para os séculos posteriores. (XAVIER, 2010, p. 27).

A precariedade das condições sanitárias aumentaram na mesma proporção em que as cidades cresciam. Os excrementos lançados na rua obrigavam os moradores a conviver com a sujeira e a fedentina. Contudo, algumas cidades obtiveram êxito nesse quesito, como exemplo cita-se: as galerias de esgoto de Nippur, na Índia, (3.750 a.C.), e os palácios da Suméria (4.000 a 1.600 a.C.), onde também foram encontradas técnicas sanitárias avançadas. (XAVIER, 2010).

Todavia, no decorrer da Idade Média as condições sanitárias retrocederam e como consequência trouxe o avanço das epidemias. “O consumo de água caiu abruptamente, chegando a menos de um litro por habitante, gerando graves consequências para a saúde da população”. (XAVIER, 2010, p. 27).

Na cidade de Pelotas somente em 1871, portanto depois de ter acabado a primeira epidemia de cólera, é que foram fomentadas as primeiras iniciativas de saneamento da cidade por meio da instalação da Companhia Hidráulica Pelotense, “Posteriormente, o poder público municipal criou a Seção de Águas e Esgotos, que encampou a Hidráulica Pelotense de modo a ampliar os serviços de água e construir o primeiro sistema de esgotos, inaugurado em 1915”. (XAVIER, 2010, p. 27)

Entretanto, essas questões referentes a insalubridade das cidades já era debatido no Brasil e no mundo desde o século XVIII por médicos preocupados com a higiene pública e engenheiros responsáveis pelo saneamento básico. Essa discussão alcançava a população que temia as consequências dos miasmas originados pela sujeira das cidades e pelos gases oriundos da decomposição dos cadáveres que atingiam o corpo causando doenças. (MASTROMAURO, 2011).

A entrada “Miasmas” consta no Dicionário de Medicina Popular dirigido à população e escrito em fins do século XIX por Napoleão Chernoviz (médico polonês radicado no Brasil). No final do século XIX, as novas descobertas bacteriológicas terminaram por conferir uma compreensão unicausal às doenças: cada doença corresponde a um agente etiológico a ser combatido

por meio de vacinas e produtos químicos. A unicausalidade seria a grande tônica do preventivismo e nela os governos encontravam saídas técnicas para dar conta das questões sociais através de medidas sanitárias. (MASTROMAURO, 2011, p. 1).

Partindo dessa linha de raciocínio, podemos dizer que mantendo a limpeza do espaço público, garantindo o escoamento, a pavimentação das vias, a evacuação e a eliminação da imundice, o ar estaria protegido. Os miasmas estariam presentes nas “multidões, excrementos humanos e animais, solos úmidos, pântanos, habitações mal construídas, cadáveres, hospitais, gente doente, doenças, água suja, etc.”. (MASTROMAURO, 2011, p. 3).

Desse modo era necessário:

Analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo o que no espaço urbano pudesse provocar doença, elencando locais de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos como, por exemplo, os cemitérios. Isto explica o porquê dos protestos, em torno dos anos 1740 e 1750, contra o amontoamento dos cemitérios e, por volta de 1780, das primeiras grandes emigrações de cemitérios para a periferia. (MASTROMAURO, 2011, p. 3).

Mastromauro (2011) argumenta que a teoria dos miasmas era gerada pelo desconhecimento da causa e cura de muitas doenças o que levava ao isolamento, evasão e abandono das cidades pelos indivíduos, denominado por Foucault (1998) como “medo das cidades”.

Foucault (1998, p. 87), mencionado pela autora proferia que em Paris no século XVIII algumas casas teriam desabado em decorrência dos corpos insepultos de pessoas que não podiam arcar com as despesas de um sepultamento. Esses corpos empilhados de qualquer modo caíram do outro lado do muro do Cemitério dos Inocentes, pressionando as casas que vieram abaixo. Esse fato resultou no pedido de transferência do cemitério para fora da cidade por um químico chamado Fourcroy alegando que o episódio teria sido responsável por causar doenças na população. (MASTROMAURO, 2011, p. 5).

Os cemitérios foram muito condenados desde o século XVIII e continuaram até meados do XX, quando o corpo médico se mostra envolvido com a bacteriologia, mas ainda conservando preceitos da teoria dos miasmas. (MASTROMAURO, 2011, p. 5).

Ainda nesse contexto, Mastromauro (2011) ressalta que os operários viviam em condições insalubres sem as mínimas condições de higiene em casas mal ventiladas e sem iluminação adequada o que contribuiu para a eclosão de inúmeras doenças infecciosas. Tendo sido a grande aglomeração de moradores nas pequenas residências da Europa industrial, geralmente no mesmo cômodo, o que despertou o

interesse de médicos e higienistas para o modo de contágio e espalhamento das doenças contagiosas, como a tuberculose e a cólera relacionadas as condições sociais.

Não havia sistema de esgoto e as latrinas eram coletivas, as fezes contaminavam a água, que era usada para beber e cozinhar. [...] as infecções transmitidas de pessoa para pessoa encontravam nesses ambientes condições muito propícias para se manifestar, ao final, epidemicamente. A contaminação era de pessoa para pessoa, de casa para casa, de bairro para bairro, até que se instalasse uma grande epidemia. (MASTROMAURO, 2011, p. 6).

A teoria dos miasmas era a explicação mais plausível para o contágio e alastramento das moléstias e embora, os estudos sobre a bacteriologia tenham se iniciado a partir de 1850, as respostas só começaram a ser conhecidas a partir de 1880. A bacteriologia ainda teria uma longa trajetória até ser totalmente aceitável, pois era a teoria dos miasmas que prevalecia no período em que a primeira epidemia de cólera assolou o Brasil.

Foi a crença na teoria miasmática que atrasou o progresso da teoria dos germes, que teria sido um segmento natural da descoberta de John Snow (1813-1858), que descobriu o modo de transmissão, mas não o agente causador. O vibrião seria isolado em 1854 pelo cientista italiano Filippo Pacini (1812-1883) e, enfim, certificado com as pesquisas de Robert Koch. (SCHULZ, 2020, s/p).

Como referido no início deste tópico as discussões sobre saneamento são antigas, contudo no Brasil não eram prioridade do governo português que transferia a responsabilidade de captação e distribuição de água para cada vila.

No Rio de Janeiro, em 1723, foi construído o primeiro aqueduto do Brasil que captava água do Rio Carioca e o levava até um chafariz no Largo da Carioca. “Esse sistema foi ampliado, aperfeiçoado e a partir de então, começou a ser adotado em outras cidades do país”. (XAVIER, 2010, p. 45).

A maior parte das vilas se instalava próximas a riachos, nascentes e ribeirões de onde podiam extrair a água. Neste cenário surgiam os carregadores de água, escravos responsáveis pelo transporte do líquido em barris e latões. Assim, uma grande quantidade de carregadores passou a compor a paisagem típica do Brasil Colônia. [...] depois apareceram os aguadeiros, homens livres, que frequentavam as vilas e cidades mais populosas, munidos de burrinhos e carroças, vendendo água de porta em porta. Esse personagem sobreviveu até o início do século XX. (XAVIER, 2010, p. 45).

Embora nosso objetivo, como já explicamos, seja a primeira epidemia de cólera a assolar a população pelotense, não a podemos analisar sem inseri-la no devido contexto. Em vista disso, vamos dar continuidade ao quesito charqueador que se por

um lado movimentava a economia, por outro propiciava a propagação de doenças como a cólera.

Nesse contexto, Pelotas na metade do século XIX era próspera em comparação ao período antecedente a Revolução Farroupilha, com suas atividades econômicas vinculadas a produção charqueadora, fundamentada na intensa exploração do trabalho escravizado.

Dos vinte maiores escravistas pelotenses inventariados entre 1800 e 1835 (possuidores de 35 ou mais cativos) pelo menos 15 eram proprietários de charqueadas. Estes 15 charqueadores, apesar de comporem somente 8% dos inventariados, concentravam 41% dos escravos e apresentavam um plantel médio de 69 cativos. Dentre os mesmos, José da Costa Santos foi o maior proprietário, com 172 escravos, e José Pinto Martins, o menor, com 35. (VARGAS, 2016, p. 41).

Pelotas, embora próspera, no quesito saneamento seguia o mesmo padrão adotado nas demais localidades brasileiras.

Nesses primeiros tempos, sob o regime da escravidão, o saneamento da cidade era uma tarefa servil. Os cativos buscavam água nos poços públicos para todos os serviços e faziam os despejos das águas servidas dos banhos e das cozinhas e também a remoção dos dejetos humanos. Os escravizados atiravam nos quintais, ou à rua, as águas servidas e o lixo. Os senhores serviam-se de urinóis e a evacuação também era feita em latrinas no fundo dos pátios. (XAVIER, 2010, p. 52).

A prosperidade da cidade é testificada pelos escritos de vários autores e entre tantos exemplos, escolhemos destacar Fernando Osório (1886-1939), Mário Osório Magalhães e Jonas Vargas (2016) sem desconsiderar a contribuição de tantos outros. Entretanto, não pretendemos nos aprofundar nesse tema. Nosso objetivo é apenas demonstrar que a cidade era próspera para os padrões da época e eram os escravizados as “mãos e pés das charqueadas”. (VARGAS, 2016).

A economia charqueadora gerava impostos para o município e a província, alimentava o tráfico de escravos, fornecia matéria-prima para as fábricas locais (como sebo, graxa, ossos e couros), empregava um grande número de marinha e trabalhadores eventuais e das famílias charqueadoras saíam os médicos, os advogados, os juizes e os políticos que, simplesmente, conectavam a cidade com o mundo exterior. (VARGAS, 2016, p. 58).

Como explicado, a riqueza da cidade se devia a produção do charque, voltada num primeiro momento para o consumo interno e posteriormente para exportação.

Nos primeiros anos de funcionamento das charqueadas, Pelotas não era nada mais que um mero povoado sob a jurisdição de Rio Grande. No entanto, no início do século XIX, as margens dos rios São Gonçalo e Pelotas já estavam pontilhadas por rústicos galpões de charquear rodeados de ranchos, estâncias e vendas de beira de estrada. (VARGAS, 2016, p. 35).

O processo de desenvolvimento, inicialmente rudimentar, ocorria de novembro a abril e a ante safra entre maio a outubro, período em que os escravizados “eram redirecionados para as olarias, no interior das próprias charqueadas, e para as chácaras que quase todos os senhores possuíam na Serra dos Tapes”. (MAGALHÃES, 2012, p. 37).

É evidente que a localização – as margens do arroio Pelotas – do núcleo charqueador foi fundamental para o sucesso do empreendimento.

Esse curso fluvial, de 60 km, nasce no município de Canguçu e deságua no Canal São Gonçalo, que se comunica com as Lagoas Mirim e dos Patos. A Lagoa dos Patos, no que lhe concerne, encontra-se com o Oceano Atlântico nos portos de Rio Grande e São José do Norte. Um iate, carregado de carne seca, podia atravessar este percurso, do arroio ao oceano, num período médio de três horas. (MAGALHÃES, 2012, p. 28).

Seguindo essa linha de raciocínio, em Osório (1997) podemos encontrar relatos sobre o desenvolvimento urbano, econômico, social, e as necessidades que sobrevinham desse progresso. Comenta o autor que os primeiros prédios em torno da Igreja de São Francisco de Paula, hoje Catedral, teriam surgido entre 1813-1814. Saint-Hilaire quando esteve na cidade se deparou com mais de:

cem casas esparsas, de boa construção e, de melhor aspecto do que em muitas povoações de França mais antigas e de maior população, verificando o ânimo progressista que impelia a pequena Freguesia, aparelhada a tomar resoluta o caminho de sorridente futuro. [...] Admirou-se de encontrar Antônio José Gonçalves Chaves, falando bem o francês e possuindo excelente biblioteca. (OSÓRIO, 1997, p. 81).

É adequado mencionar que em setembro de 1832 foi lançado às águas, em Pelotas, o primeiro barco a vapor construído no Brasil e, em 3 de dezembro do ano seguinte, foi inaugurado o Teatro Sete de Abril. Remonta ao período compreendido entre 1832-1835, também o prédio onde funcionou a primeira sede do Ginásio Pelotense que hospedaria em 1865, o imperador Dom Pedro II e, em 1885 a família da Princesa Isabel. Não podemos deixar de evidenciar a importância das mulheres que embora de certo modo convivessem em uma sociedade opressora, considerando as características patriarcais da sociedade “isso não impediu que a filha de um jornalista e de um charqueador disputassem, no final do século, o título de primeira médica do Brasil, respectivamente nas Faculdades do Rio de Janeiro e Bahia”. (MAGALHÃES, 2012, p. 83).

Muitos dos nossos jovens, durante o século XIX, transferiram-se para grandes centros, indo estudar em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia, no Recife, nos Estados Unidos e na Europa, contribuindo para conceder à cidade

um título que ela orgulhosamente ostentou: o de “Atenas Rio-Grandense”. (MAGALHÃES, 2012, p. 85).

Conforme assinala Magalhães (2012), em 1853 a estimativa do município ficava em torno de trinta e oito charqueadas e o abate de gado alcançava um número considerável. “Calcula Simões Lopes Neto que até 1911 [...] foram abatidas 45 milhões de reses nos abatedouros de Pelotas, movimentando a fortuna de 2,5 milhões de contos de réis”. (MAGALHÃES, 2012, p. 32).

Nessa perspectiva, Vargas, (2016) assegura que:

Em poucas décadas, Pelotas ficaria conhecida por todos os grandes comerciantes marítimos da América portuguesa, pois havia se tornado a principal produtora de carne seca do Império luso-brasileiro. Tal desenvolvimento foi favorecido por um contexto político e econômico que caracterizou o período colonial tardio. (VARGAS, 2016, p. 29).

O desenvolvimento da cidade de Pelotas, no decorrer do século XIX, não seria possível “sem a intervenção das mãos, dos ombros, da musculatura, da força do trabalho e do sacrifício não de cem, nem de quinhentos, mas de milhares de homens africanos ou descendentes de africanos, na humilhante condição de escravizado”. (MAGALHÃES, 2012, p. 34).

Pode-se ter como certo: se não houvesse escravidão, jamais se implantaria o ciclo saladeiril no extremo sul brasileiro. (Mas esta é uma conclusão quase simplória, de tão óbvia: tampouco haveria o ciclo da cana de açúcar, no extremo nordeste, e o ciclo do café, no vale do Paraíba). Desde o início, empregaram-se homens brancos ou mulatos e negros forros nas charqueadas, só que na condição de capatazes e feitores, ou seja, desempenhando funções de mando e controle. (MAGALHÃES, 2012, p. 36).

Na concepção de Magalhães (2012), na cidade de Pelotas, assim como em outros lugares, conviveram ricos e pobres.

Embora, provavelmente não tenha havido a miséria e a fome: sabe-se que, nas charqueadas, era prática corrente a distribuição de carne ou, ao menos, de miúdos bovinos no período da safra, e, na entressafra, de cortes de charque para a população carente. Também o assistencialismo foi uma de suas marcas, corporificada em instituições como a Santa Casa, a Beneficência, o Asilo de Órfãos, o Asilo de Mendigos. No seu testamento, o Barão de Butuí determinava que se fizesse o enterro mais simples possível, “sem galés de ouro”, e que o dinheiro que se fosse gastar em pompas rituais antes se empregasse em obras de caridade. (MAGALHÃES, 2012, p. 76).

Essas condições insalubres de trabalho a que estavam sujeitos os escravizados eram extremas.

simplificando, consistia em degolar até 600 bois por dia, courear, retalhar as carnes, salgá-las, salgar os couros, estender carnes e couros nos varais, transportá-los nos ombros e acomodá-los nas embarcações – tudo isso sob um calor muitas vezes escaldante (como apontei, a safra durava de novembro a abril), sob “miríades de moscas” e “uma multidão de abutres”, num quase

mar de sangue (em sentido literal), pois os arroios de Pelotas, para onde o sangue era conduzido por calhas de madeira, tingiam-se de vermelho, ao menos durante essa metade do ano em que predominava o verão. (MAGALHÃES, 2012, p.36).

A essa conjuntura extenuante, somavam-se os rigores do clima, a vigilância rigorosa e a alimentação a base de charque que garantia mais força, mais resistência ao trabalho forçado. Contudo, o doutor Luís Carneiro²⁰ faz um alerta de que é preciso considerar que uma alimentação com ingestão excessiva de proteínas sobrecarrega e compromete o funcionamento do fígado e dos rins e pode levar ao armazenamento de gordura. Fatores que somados diminuía a resistência às doenças elevando a taxa de mortalidade.

As condições e intensidade do trabalho no escravismo colonial brasileiro faziam com que o escravo produtivo tivesse um período de 'vida útil' extremamente baixo. Ele era, geralmente, para um escravo assenzalado, algo em torno há dez anos. (MAESTRI, 1984, p. 82).

Com relação aos rigores do clima na cidade de Pelotas, as autoras Loner; Gill e Scheer (2012, p.136) relatam que:

No século XIX, as condições sanitárias da cidade eram muito precárias e não somente na zona das charqueadas. A umidade intensa, os terrenos alagadiços, o frio e o vento combinavam-se, provocando muitas doenças. Os terrenos, com muita água e pântanos, também estabeleciam condições propícias para a proliferação de insetos que invadiam as residências. Segundo Gutierrez (2004), metade de cada animal abatido terminava sendo descartado, poluindo a água e à terra local. Cercas feitas de ossos eram comuns na região, enquanto os riachos sufocavam com o sangue e as vísceras dos bois. (LONER; GILL; SCHEER, 2012, p. 136).

Todavia, precisamos considerar a evolução médica daquele momento e as dificuldades de chegar a um diagnóstico com a rapidez exigida, já que outras doenças que acometiam o aparelho digestivo possuíam sintomas similares, levantando a possibilidade de que o número de mortes por cólera tenha sido muito maior.

Com relação à saúde devemos ainda, apreciar o documento, aprovado em 19 de fevereiro de 1834 pelo Conselho Geral para a Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula, intitulado Código de Posturas Policiais que além de demarcar os limites da vila, tratava das questões relacionadas a saúde pública, designando sanções:

desde mil réis, nas vendas de gêneros e remédios, profissões de boticários, médicos, cirurgiões e parteiras; esgotamentos de pântanos e águas infectas e tapamentos de terrenos abertos onde lançam imundícies; economia e

²⁰ Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Disponível em: <https://profluizcarneiro.com.br/o-consumo-de-proteina-em-excesso-prejudica-figado-e-rins/>. Acesso em: 21 set.2019.

asseio dos currais, matadouros e açougues; fábricas e manufaturas que podem alterar e corromper a salubridade e atmosfera; cemitérios e enterros; limpeza das ruas e praças, e providências contra a divagação dos bêbados, doidos, animais ferozes e os que incomodam ao público; estradas, caminhos, pontes e plantações de árvores úteis; polícia dos mercados, casas de negócio e comércio; nivelamento e alinhamento das ruas e edifícios; edifícios ruinosos, escavações e quaisquer precipícios; vozerias, obscenidades contra a moral pública; diversos meios de manter a segurança, tranquilidade e comodidade dos habitantes; jogos proibidos; expostos e vacina; aferidores, pesos e medidas aferidas; aplicação das rendas e economia da caixa e arquivo da Câmara; disposições gerais. (OSÓRIO, 1997, p. 104).

Além da indiferença dos governantes sobre o quesito saneamento, não havia no Brasil tecnologia para implementar as mudanças necessárias. O Brasil encontrava-se em período de adaptação à modernidade e seguia o modelo de viver dos europeus, e os engenheiros responsáveis por implementar essa “modernidade” enfatizavam o saneamento. Como exemplo de cidades que estabeleceram sistemas de água e esgoto no país Xavier (2010) menciona o Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Santos, Manaus, Belo Horizonte e Salvador. Em Porto Alegre a Hidráulica Porto-Alegrense foi fundada em 1865, um serviço nem sempre satisfatório.

Os serviços de infraestrutura, de abastecimento de água e coleta de esgotos da época foram realizados por intermédio de concessões à iniciativa privada. [...] Os governos das províncias e dos municípios não tinham aparato técnico-administrativo para executar as ações demandadas pela população. (XAVIER, 2010, p. 48).

Pelotas assim como outras vilas e povoações, não fugiu à regra que para facilitar acesso à água, instalavam-se à beira de cursos de água e, aqueles entre a população, com maior poder aquisitivo a compravam dos aguadeiros que a vendiam de porta em porta, embora a qualidade e sua procedência fosse ignorada. Quanto aos mais pobres, estes a captavam dos poços e cacimbas públicos enquanto a lavagem das roupas era realizada no arroio Santa Barbara em sua margem esquerda e em frente à praça das carretas. (XAVIER, 2010).

As primeiras cacimbas localizavam-se na Rua das Fontes, alcunhada de Rua do Poço e atualmente Almirante Barroso.

Não se sabia ainda como construir algibes no interior das propriedades. [...] pioneira das águas, também teria a Barroso uma peculiaridade no setor de esgotos: sobre uma profunda fossa, na esquina com a Dr. Cassiano, houve no início do século XX uma imensa chaminé, a que o povo chamava, ironicamente, de “coluna Vêndome”. [...] o povo fazia referência ao monumento erguido em Paris, no ano de 1810, na praça de mesmo nome. (MAGALHÃES, 2000, p. 29).

Desdobrando a temática, Magalhães (2000, p. 83) comenta, ainda, que as informações a seguir encontram-se disponíveis no relatório do presidente da câmara, doutor Vicente José da Maia (1852-1856):

Um poço público existia também, nessa mesma época, no terreno onde se ergue a atual Biblioteca, sendo cercado por um corredor de pau-a-pique. É possível que servissem, essas fontes de água (da Barroso, da Sete de Setembro e da Praça) mais para o uso dos escravos, (sic) já que era costume, entre as primeiras famílias da localidade, abrir poços artesianos nos próprios quintais. [...] A partir do século XIX, por influência dos vizinhos platinos – para cá emigrados em virtude das guerras de Oribe e Rosas –, passou-se a construir algibres no interior das residências, preferindo-se as águas que caíam dos céus às águas que brotavam da terra. (MAGALHÃES, 2000, p. 82-83).

Ainda no contexto, Magalhães (2000) acrescenta que havia outras alternativas para quem não possuísse algibre próprio: adquirir dos aguadeiros ou para quem não pudesse pagar “suprir-se gratuitamente no recém construído Mercado Público (1851), em cujo pátio havia uma vasta e profunda cisterna com capacidade para 500 pipas”. (MAGALHÃES, 2000, p. 83).

Complementando, Xavier (2010, p. 54) informa que João Simões Lopes Neto (1912 A, p.68), comenta sobre a Cacimba do Mato que ficava na zona do Porto, e na rua São Paulo atualmente Lobo da Costa entre as ruas hoje, Almirante Barroso e Alberto Rosa, onde também havia uma grande cacimba chamada Cacimba da Nação.

Nessa conjuntura a primeira epidemia de cólera encontrou as condições ideais para se proliferar.

Segundo o “Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras²¹, 1856, primeira edição, p. 9”, na seção intitulada: Salubridade Pública lemos o seguinte:

Foi em princípios do mês de Novembro, que se desenvolveu a epidemia nas charqueadas de Pelotas, estendendo-se sem demora à cidade, e logo ao Jaguarão, Rio Grande, a esta capital, e às povoações e localidades ribeirinhas do Guaíba, Jacuí, e de alguns de seus afluentes, causando por toda a parte estragos consideráveis, cuja recordação é, e será por muito tempo assaz doloroso. Foi, porém maior a intensidade do mal nas cidades referidas, principalmente nos escravos, e pessoas pouco favorecidas do meio; porém nesta capital a epidemia se tornou assombrosa.

Ainda segundo a mesma fonte, com a mesma rapidez que se propagou também desapareceu, tanto que em fevereiro havia praticamente desaparecido. Essa afirmação mostrou-se equivocada, pois a epidemia cursou com maior ou menor

²¹ Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: império (RS), 1830 a 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&pasta=ano%20185&pagfis=1063>.

gravidade até meados de 1859 como comprovado pelos registros efetuados no “Livro de óbitos nº 3” da Cúria de Pelotas e atingiu com maior gravidade os escravizados.

Sendo assim, com esta exposição concluímos o primeiro capítulo e prontamente passamos ao capítulo seguinte, onde iremos analisar as questões pertinentes a origem e porvindouro fechamento dos cemitérios e a respectiva transcrição e mapeamento do “Livro de Óbitos nº 3”.

CAPÍTULO 2 – Pelotas e seus cemitérios: “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”.

2.1 Apresentação

Este capítulo não é simplesmente uma transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855-1859)”, mas também uma tentativa de melhor compreender uma pequena parcela da História da cidade de Pelotas, especificamente no que se refere aos enterramentos dos vitimados pela cólera que atingiu com mais rigor os escravizados do sexo masculino.

O “Livro de Óbitos nº 3”, tema central deste capítulo, faz parte de um conjunto de quatro Livros pertencentes à “Cúria de Pelotas”. Desse conjunto, o primeiro e o quarto livro foram perdidos e só se obteve acesso aos Livros dois e três. O “Livro de Óbitos nº 3” analisado é composto por trinta e quatro folhas, duplicadas, numeradas em ordem crescente, marcadas pelas letras **r** e **v**, minúsculas, num total de sessenta e oito páginas. Os registros de inumações iniciam em 26 de novembro de 1855, na folha um, **r**. e finalizam na folha trinta e quatro, **r**. em 14 de maio de 1859.

Todos os enterramentos, num total de 213, foram realizados no cemitério Santo Antônio da Boa Vista²² e estão registrados no “Livro de Óbitos nº 3”, sob a responsabilidade do padre Antônio da Costa Guimarães, pertencente a Igreja Matriz de São Francisco de Paula. No que lhe concerne, o “Livro de Óbitos nº 2”, tem seus registros efetuados pelo cônego Francisco Teodósio de Almeida Leme (1848-1851)²³, e iniciam na folha setenta, **r**. (7 de janeiro de 1850) e finalizam em 13 de janeiro de 1853, na folha cento e trinta e dois, **r**. Sendo que a partir de novembro de 1851 as anotações passam a ser feitas pelo padre Antônio da Costa Guimarães, totalizando cento e vinte três folhas referentes aos anos 1850-1853, com todas as inumações

²² Importante explicar que o cemitério Santo Antônio da Boa Vista, aqui trabalhado, foi construído às pressas devido à epidemia. Num primeiro momento julgamos que este cemitério teria funcionado de 26 de novembro de 1855 a 14 de maio de 1859, porém comprovamos que ainda está ativo. Frisando que o São Lucas e o Santo Antônio da Boa Vista, são cemitérios distintos. O Santo Antônio da Boa Vista localiza-se próximo ao São Lucas, no mesmo terreno, sendo que por muito tempo e quiçá ainda, continuam a ser confundidos. Com o avanço da Pandemia de cólera outros cemitérios, como o da Luz e o do Passeio foram fechados e todos os enterramentos passaram a ser efetuados no cemitério da Santa Casa de Misericórdia, localizado no bairro Fragata, administrado pela Santa Casa e construído também, apressadamente devido à epidemia.

²³ A data se refere ao período em que Francisco Leme foi o responsável pelos registros de óbitos. Posteriormente, os registros passam a cargo do padre Antônio da Costa Guimarães, responsável pela Igreja Matriz até sua morte, em 1873.

realizadas no Cemitério desta Cidade/Cemitério da Rua do Passeio/Cemitério Católico²⁴.

Percebemos que há um lapso temporal entre o término dos registros no “Livro de Óbitos nº 2” e o início dos registros no “Livro de Óbitos nº 3” (13 de janeiro de 1853 à 26 de novembro de 1855), e, portanto, não foi possível confirmar o local exato desses enterramentos. Contudo, Gutierrez (1999, p. 215-216) informa que:

Quando a população não tinha onde despejar os cadáveres dos coléricos, esses chegavam em grande quantidade. [...] O cemitério da rua do Passeio ainda teve de abrigar uns 150 coléricos. [...] Enquanto a cólera esteve na cidade, o governo da Província permitiu a Domingos José de Almeida, na época membro da Comissão Sanitária, nomeada para as Charqueadas, estabelecer cemitério na costa do Arroio Pelotas. A cólera tinha sido mais intensa junto à população cativa, particularmente na área charqueadora, localizada nas margens do arroio.

Como veremos no decorrer do capítulo, podemos inferir com base nas obras pesquisadas que ordens policiais de quatro de junho de 1856, proibiam enterramentos em outros locais, só permitindo sepultamentos no Cemitério oficial, pertencente a Santa Casa de Misericórdia. Contudo, essa ordem não foi obedecida.

Sendo assim, para melhor compreender o contexto e não deixar dúvidas/equívocos, quanto a dinâmica do surgimento e fechamento de cemitérios ou gerar ambiguidade entre Cemitérios homônimos, como o caso do Cemitério Santo Antônio da Boa Vista, além de aferir o mais perto possível, o número de escravizados(as) vitimados (as), tornou-se necessária uma breve descrição dos cemitérios, tanto daqueles que não mais existem quanto daqueles ainda em atividade, ampliados no decorrer do tempo, caso do cemitério da Santa Casa/São Francisco de Paula e Boa Vista/São Lucas, além de uma breve incursão pelas origens de Pelotas.

Outros questionamentos que por ventura possam surgir, referentes aos cemitérios existentes e a mortalidade pela cólera, na cidade de Pelotas, no período estudado, tentaremos saná-las no transcorrer do capítulo. Optamos por desfazer as dúvidas no momento em que iam surgindo, pois:

difícil é saber exatamente quantos e quais sepultamentos ocorreram em cada cemitério. [...] Nestes registros, os nomes dos locais de sepultamento variam de acordo com o período ou com o padre que lança o registro. Ou seja, um mesmo cemitério ganha nomes com variações ao longo do tempo. (BETEMPS, 2017, s/p).

²⁴ Várias denominações de um mesmo cemitério.

Quanto ao Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, também chamado de cemitério do Fragata, hoje denominado Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula²⁵, o mesmo foi construído:

em consequência da epidemia de cólera, que lotou o Cemitério do Passeio (que não existe mais), além de questões de higiene e planejamento urbano. É importante salientar que também os corpos enterrados no Cemitério do Passeio foram transladados para o novo Cemitério da cidade²⁶ (COSTA; GASTAUD, 2014, p. 34).

Como bem afirmam os autores, o Cemitério do Passeio havia excedido sua capacidade, o que levou à proibição de novos sepultamentos no local, pois isto aumentava consideravelmente o risco de contágio, e “embora a Irmandade se precavesse com a construção de novas catacumbas, de urnas e de uma capela, a grande mortalidade obrigou a mudar os enterramentos para o cemitério da Santa Casa”. (NASCIMENTO, 1982, p. 27).

Ainda conforme exposição da autora, por existir um Campo Santo situado na Fazenda do Laranjal haver ultrapassado sua capacidade, muitos mortos vitimados pela cólera foram enterrados em local improvisado, causando receio entre os moradores “em visitar os grandes cômodos de areia situados à direita de quem vai às praias da lagoa pela estrada atual”. (NASCIMENTO, 1982, p. 30).

O grande morticínio entre os escravizados teria tido como principal causa, provavelmente, as péssimas condições de higiene²⁷ e por constituírem a maioria da população. O cronista José Vieira Pimenta, citado por Osório (1997), afirma que a cólera num espaço de 15 dias matou 30 pessoas e que a grande devastação teria sido consequência da “acumulação dos homens de cor nas charqueadas”. (OSÓRIO, 1997, p.132). Segundo o autor, 6% da população de um total de mais ou menos nove mil pessoas foi vitimada.

Fernando Osório (1997) declara que apenas na Fazenda da Graça em seis dias os mortos somaram sessenta e dois. O auxílio aos doentes teria sido prestado pelo médico João Jacinto de Mendonça e pelo Visconde da Graça (João Simões Lopes

²⁵ Inaugurado em 1976. Maiores detalhes no decorrer do capítulo.

²⁶ Novo cemitério em referência ao hoje São Francisco de Paula. Os corpos são transladados, segundo Fernando Osório, obra citada, em 1870 ou 1871 quando o Cemitério do Passeio foi demolido. Contudo em 1928 durante as escavações para colocação da rede de esgotos e iluminação realizada na Avenida Bento Gonçalves, várias ossadas humanas foram descobertas. (LUCAS, 2006, p. 17).

²⁷ Essas questões foram explanadas no primeiro capítulo deste trabalho.

Neto Filho) que no dia 21 de dezembro de 1855 perdeu sua esposa, dona Eufrásia Gonçalves Lopes. O Presidente da Província, Barão de Muritiba, em seu relatório, avaliava o número de vítimas em quatro mil. Todavia, é preciso considerar que naqueles tempos os desafios devem ter sido imensos ao tratar de uma doença, ainda desconhecida em sua totalidade, lembrando ser a primeira Epidemia de cólera a atingir o Brasil.

Nascimento (1982, p. 29) refere que na cidade do Rio Grande as vítimas contabilizavam 250, entre 20 a 30 por dia. Por sua vez, Pelotas contava com 230 mortos. A calamidade gerou o pânico levando a deserção de médicos de Jaguarão, local em que os doentes foram privados de atendimento médico.

Os fatos apresentados mostram-nos a gravidade da situação e que os mortos eram sepultados em vários locais, tanto oficiais quanto particulares. No entanto, o Cemitério Santo Antônio da Boa Vista é mencionado vagamente, nas muitas vezes gerando dúvidas sobre sua localização e existência. Em nenhum Artigo, Tese ou Dissertação pesquisados, foi encontrado alusão direta, no máximo cita-se Boa Vista. Chama a atenção o desinteresse dos estudiosos sobre esses sepultamentos efetuados nesse cemitério, embora, 213 mortos seja um número bastante expressivo.

Essas questões despertaram nosso interesse em trabalhar com o “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da Cúria de Pelotas por seus registros estarem compreendidos entre 1855 a 1859. Nesse período, ocorreu a primeira Epidemia de cólera no Brasil – atingindo Pelotas, foco de nosso estudo – e a terceira no mundo. (RÊGO, 1873). Outro fator preponderante, já mencionado, é o fato de não haver pesquisa específica sobre as inumações ocorridas no Cemitério Santo Antônio da Boa Vista, relacionando as causas mortis e os escravizados.

2.2 Os Mortos na cidade de Pelotas

Segundo o Relatório do Presidente da Província²⁸ (1856, p. 10), naquele período, ocorreram 3011 mortes no Brasil.

Estes algarismos não se devem considerar exatos, porque não houve o devido escrúpulo por parte dos incumbidos dos enterramentos em fazer os necessários assentamentos. [...] Não é conhecida a totalidade das pessoas que foram atacadas; calcula-se que a 1/3 parte da população dos lugares invadidos sofreu do terrível mal.

²⁸ Relatório obrigatório, elaborado pelo Presidente da Província e apresentado a cada início de ano às respectivas Assembleias.

A tabela a seguir da conta do número de mortes ocorridas no Brasil naquele período: das 3011 – 446, ou seja, cerca de 14,813% em Pelotas. “A mortalidade havida nessa calamitosa quadra, segundo as partes oficiais, foi superior a 3000 pessoas, dividida pelas diferentes localidades da maneira seguinte”:²⁹

Tabela 1 Relação de mortos por localidade

Localidades	Nº de mortos
Porto Alegre	1405
Rio Grande	485
Taim	32
Pelotas	446
Jaguarão	329
Rio Pardo	27
Triunfo	40
São Leopoldo	40
Aldea	12
Belém	20
São Jeronimo	10
São José do Norte	30
Dores	6
Taquari	33
Sapucaia	9
São Joaquim Batista do	20
Camaquã	
Diversos Lugares	67

Fonte: Extraído de Relatório do Presidente da Província (1856, p. 10).

Total: 3011 mortos

A tabela1 evidencia que em Pelotas as mortes somaram 446. Neste momento, surge um questionamento: se no “Livro nº3 (1855-1859)” estão registrados 213 óbitos, com todos os sepultamentos realizados no Cemitério Santo Antônio da Boa Vista, somados aos 150 coléricos citados por Gutierrez³⁰, obtemos um total de 363 óbitos, então faltam os registros de 83 mortes. Sendo assim provável, como referiu Gutierrez (1999) que esses enterramentos tenham sido realizados nas margens do arroio, em outros cemitérios improvisados ou no Cemitério da Santa Casa.

Durante a pesquisa, muitas dúvidas surgiram sobre os cemitérios existentes em Pelotas no período estudado, principalmente no que se refere a localização e ao número de mortos, já que os autores divergem quanto ao total de vítimas, motivos que

²⁹ Relatório do Presidente da Província, (1856, p. 10).

³⁰ Ester Gutierrez faz referência aos coléricos sepultados no Cemitério do Passeio.

a ampliou. Tornando-se indispensável uma investigação mais detalhada, já que os registros no “Livro de Óbitos nº 3 (1855-1859)” cessam abruptamente em 14 de maio de 1859 e a mortalidade registrada no “Livro nº 4” não pode ser computada, devido ao extravio do documento. Sendo presumível que os registros constantes no “Livro nº 4” refiram-se as inumações do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, atual São Francisco de Paula³¹. Chegamos a essa possibilidade com base nas datas, pois o “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” cessa seus registros em 14 de maio de 1859, e os enterramentos desde 1855 já eram realizados no cemitério da Santa Casa.³²

2. 3 Os Cemitérios na cidade de Pelotas

Somente quando foi criada a Freguesia de São Francisco de Paula, em julho de 1812, se programou a construção de uma igreja e de um cemitério. Neste ano, também surgiu a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a qual exerceu importante participação na organização dos futuros cemitérios. (LUCAS, 2006, p. 14).

Mas, o que eram as Irmandades³³ da cidade de Pelotas? As Irmandades eram “Associações religiosas originadas na Europa durante a transição da Idade Média para a Idade Moderna que objetivavam auxiliar as pessoas durante a vida e no momento da morte”. (AIRES; GUTIERREZ, 2017, p.1).

Sobre essas Irmandades na cidade de Pelotas, Aires e Gutierrez (2017, p. 2) afirmam que:

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, fundada em 1812, foi também responsável pela administração das necrópoles que existiram entre os anos de 1812 a 1855. A partir deste ano, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia passou a desempenhar esse papel, demonstrando seu poder sobre as decisões referentes aos mortos no Cemitério oitocentista administrado por ela.

Como não havia, nesse momento, outras Irmandades na Freguesia, era a Irmandade do Santíssimo Sacramento que administrava e decidia sobre a vida e o local aonde os mortos seriam sepultados, já que:

em alguns casos, a Irmandade do Santíssimo Sacramento concedeu algumas exceções, como nas terras de Antônio Francisco dos Anjos ou na Fazenda de Pelotas. Mas isso não era comum e se deu apenas algumas vezes. Dessa

³¹ Embora, o contrato para a construção tenha sido assinada entre 1973-1974 sua inauguração ocorreu em 27 de novembro de 1976, fato já mencionado.

³² O Cemitério da Santa Casa e o São Francisco de Paula, embora localizados no mesmo terreno, são distintos: o primeiro é a parte antiga, onde estão localizadas as sepulturas rasas, também chamado Campo Santo. Nesse local foram realizados os primeiros enterramentos dos coléricos.

³³ Sobre as Irmandades, Nascimento (1982) no capítulo 2 de seu livro Arcaz de Lembranças detalha desde o surgimento da mais antiga Irmandade, passando pelo termo de compromisso e seus provedores.

forma, a irmandade não perdia seu poder sobre os mortos e nem deixava de lucrar com os enterramentos. (AIRES; GUTIERREZ, 2017, p. 5).

Com o aumento no número de óbitos, somado ao fato, entre outros, de que a Irmandade atendia somente aos brancos, outras Irmandades começam a surgir, visto que:

Independentemente da localização da necrópole, a gerência permanecia nas mãos da associação religiosa. Mas o cenário da assistência aos mortos mudou nesse ano. Como a irmandade só atendia aos brancos, em 26 de novembro de 1820 foi criada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (CUNHA, s.d.). Ela era composta por negros e buscava auxiliar os afrodescendentes no momento da morte. (AIRES; GUTIERREZ, 2017, p. 5).

Conforme relato de Aires e Gutierrez (2017, p. 5), no momento em que o cemitério da Igreja Matriz foi desativado e as inumações passam a cargo do Cemitério do Passeio, fundam-se a Irmandade de Nossa Senhora de Assumpção e a da Boa Morte, ambas em 1829, e a de Nossa Senhora da Virgem do Rosário, em 1831.

Ainda, de acordo com os autores supracitados, em 6 de Maio de 1846 é fundada a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. O objetivo era auxiliar os necessitados tanto em vida quanto na morte, no início, ainda subordinada a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Acontece que:

no ano de 1850 uma determinação da Presidência da Província coloca sob a guarda das Irmandades da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande a ereção e administração de novos campos santos (AHRS – Leis Provinciais nº 197 e nº 199 de 1850). A partir dessa decisão, a irmandade de Pelotas inicia a busca de um novo local para a necrópole pelotense. (AIRES; GUTIERREZ, 2017, p. 7).

Aires e Gutierrez (2017, p. 10), relatam que:

dentre as Irmandades que já existiam no período da freguesia, a de Nossa Senhora da Luz e de Santa Bárbara também passaram a depender da cessão de terrenos para sepultarem seus irmãos no novo campo santo. Desta forma, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas passou a monopolizar as inumações na cidade na segunda metade do século XIX e usou a lei a seu favor.

Lucas (2006, p. 45) também faz referência a Irmandade Nossa Senhora da Conceição³⁴ fundada em 26 de novembro de 1820 e extinta em 30 de junho de 1917, quando fez doação à Santa Casa dos terrenos juntamente com as Catacumbas de sua propriedade, localizadas no interior do Cemitério. Essa Irmandade é

³⁴ Essa Irmandade está vinculada ao Asilo de órfãos, instituído em 1855, hoje Instituto Nossa Senhora da Conceição. A Instituição atende meninas entre 6 e 12 anos, em turno inverso ao escolar. Localizado a rua Barão de Butuí, 352.

homenageada com uma placa no Cemitério e, também, é citada em Livro pertencente ao Museu da Santa Casa.

Algumas Irmandades como a da São Miguel e Almas, fundada em 1819 e atualmente vinculada ao asilo de idosos, a São Vicente de Paula, 1833 e a Nossa Senhora do Rosário em processo de extinção, ainda existem³⁵. (LUCAS, 2016).

Esses esclarecimentos referentes as Irmandades são relevantes porque todos esses locais de sepultamento, como citado anteriormente, foram influenciados por elas. Como também para o devido entendimento de onde e como eram realizados os enterramentos em Pelotas, especialmente dos escravizados (as), com ênfase naqueles (as) vitimados pela cólera. Como bem disse Lucas (2006, p. 19) logo após o enterramento da primeira vítima da cólera, praticamente existiam coléricos em todas as residências da cidade.

Para entender os rituais de enterramento e como eram realizados os registros nos Livros de Óbitos precisamos retomar a questão sobre o surgimento dos cemitérios.

Antes da criação da Freguesia, os primeiros mortos eram enterrados em pleno campo, longe das habitações, possivelmente nas estâncias próximas ao Canal São Gonçalo. Sendo que nesse momento um Cemitério definitivo não poderia existir. (LUCAS, 2006, p. 19)

Betemps (2017, s/p) concorda e relata que:

Antes da implantação de pequenos núcleos populacionais pelo saco do Laranjal, curso do Arroio Pelotas, margens do Canal São Gonçalo e costas dos Arroios Santa Bárbara e Fragata, as pessoas eram enterradas em pleno campo, distante das habitações, ou levadas para serem sepultadas na Vila de Rio Grande. Com a criação da Freguesia de São Francisco de Paula, as inumações começaram a serem feitas no local.

A esse respeito, Aires (2018, p. 39) afirma que:

Com a elevação do povoado, uma capela deveria ser construída para garantir que os registros de nascimentos, casamentos e sepultamentos, bem como as atividades religiosas, não necessitassem mais ser realizadas na vila de São Pedro³⁶.

De acordo com Lucas (2006), com a emancipação da Vila, surgiu o primeiro cemitério e com o tempo e a necessidade, uns acabaram encerrando as atividades e sendo substituídos por outros. Ulteriormente, foi aumentando o número de cemitérios,

³⁵ Atualmente os sepultamentos passam pela Central de Óbitos e são registradas em Cartórios de registro Civil o mais perto possível do local onde ocorreu a morte ou residência do falecido (a).

³⁶ Atual cidade de Rio Grande.

de acordo com o crescimento da cidade e, conseqüentemente, com o aumento no número de mortes.

Nessa época havia quatro Cemitérios oficiais e muitos outros improvisados. Consta que onde residia o Padre Felício na rua Gonçalves Chaves – antiga Rua Alegre – existiu um Cemitério chamado Boa Vista, onde teriam sido sepultados os primeiros mortos da Freguesia até que a Igreja fosse construída, esse anterior ao Cemitério da Santa Cruz ou, talvez, o que lhe deu origem. (BETEMPS, 2017, s/p).

Seria este o lugar onde morava o Padre Felício (na atual Rua Gonçalves Chaves – antiga Rua Alegre)? Teriam sido sepultados ali os primeiros mortos da Freguesia até que a Igreja fosse construída e pudesse receber os mortos como era costume ainda naquela época? Seria o nome primitivo que recebeu o primeiro cemitério que foi construído já no ano seguinte e ficou conhecido por Cemitério Santa Cruz? Seria algum campo santo aberto próximo à atual rua Marcílio Dias – antiga Rua Boa Vista? Haveria algum cemitério neste campo alagadiço que descia em direção ao antigo leito do Arroio Santa Bárbara? (BETEMPS, 2017, s/p).

Sobre esse cemitério da Boa Vista, Nascimento (1982, p. 24) relata que “do primeiro Livro de Assentamentos de Óbitos da Freguesia, aberto pelo vigário, padre Felício, consta, em 1812, um único falecimento”. (NASCIMENTO, 1982, p. 24).

A partir do ano seguinte, os enterramentos ocorreram “na Fazenda do Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, no Oratório de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, ou no cemitério da Fazenda de Pelotas (Laranjal) pertencente a D. Isabel Francisca da Silveira”. (NASCIMENTO, 1982, p. 24).

Betemps (2017, s/p.) também reporta-se a um Cemitério da Boa Vista que teria funcionado de 1812 a 1819 em cujo local teriam sido sepultados oito corpos, inclusive “o dono do primeiro registro de óbito realizado na nova Freguesia”.

É provável que o antigo Boa Vista mencionado por Betemps (2017) tendo recebido oito sepultamentos, seja o mesmo Boa Vista comentado por Nascimento (1982) onde houve apenas um enterramento. Defendemos essa hipótese porque o cemitério primitivo aludido por Nascimento (1982) estaria situado nas proximidades do Sítio dos Coqueiros residência do Padre Felício, que de acordo com Lucas (2019, p. 15) ficava na rua Alegre (atual Santa Cruz) travessa da rua da Horta (atual, Voluntários da Pátria)”.

Essa afirmação de Nascimento (1982, p. 24) gera incertezas porque a quantidade de corpos sepultados não convergem.

Betemps (2017, s/p) assegura que:

Atualmente existe um Cemitério na localidade da Boa Vista, nas imediações da Sanga Funda ou Areal, mas tudo indica não ser o mesmo lugar. Provavelmente, esse cemitério se localizava próximo de onde atualmente está a comunidade Católica Santo Antônio (que pertence a Paróquia Senhor Ressuscitado da Comarca Norte de Pelotas). O templo atual é de 1948, erguido onde havia uma capela primitiva, sede da Freguesia de Santo Antônio da Boa Vista³⁷ (1858). Na propriedade, havia desde 1800/1810, o Oratório da Fazenda da Boa Vista. (BETEMPS, 2017, s/p).

Nessa conjuntura defendemos ser este o cemitério Santo Antônio da Boa Vista cerne de nossa pesquisa.

Um fator crucial é a dificuldade de compreender e identificar as devidas localizações, pois ruas e cemitérios possuíam múltiplas designações. Por exemplo, a rua Santa Cruz não fazia parte do projeto de 1815, só ocorrendo na planta de 1835, do engenheiro Eduardo Kretschma. Primeiramente foi denominada de rua do Cerro Largo, embora, conforme o autor, Alberto Cunha assegurasse que “o nome de Cerro Largo imposto a Santa Cruz data de 1858”. (MAGALHÃES, 2000, p.78).

Os motivos geradores desses equívocos podem ser encontrados na extensão dos terrenos: as chácaras existentes na rua Gonçalves Chaves/rua Alegre se alongavam até a atual Almirante Barroso, havendo entre elas um grande espaço, superior ao existente entre as outras ruas. Sendo assim:

por essa ocasião só havia no interior do terreno duas casas: uma, com teto de palha, em que residia o padre Felício: na atual Gonçalves Chaves entre Voluntários da Pátria e Neto; a outra, coberta de telha, em que morava a família de Antônio José Torres, constituída por sua mulher e três filhos: na atual Major Cícero, entre Félix da cunha e Anchieta. Esta, hoje a casa mais antiga de Pelotas, é provável que seja anterior a 1806 – ano em que passou às mãos de Antônio dos Anjos a extinta charqueada de José de Aguiar Peixoto. Felizmente ainda está de pé, embora jamais tivesse merecido a atenção do poder público, interessado de preferência em projetos portentosos de restauração – mais caros, mas de maior “visibilidade”. (MAGALHÃES, 2012, p. 50).

Analisando o mapa do primeiro loteamento disponibilizado em (anexo B, p. 90) podemos constatar que a rua Santa Cruz/Cerro Largo realmente não consta no mapa, ficando bem visível a dimensão do terreno. A rua Santa cruz só seria aberta ao trânsito em toda sua extensão, entre 1908-1912. (MAGALHÃES, 2000).

Quanto ao Sítio dos Coqueiros, este era assim chamado devido à rua General Neto, que na planta de 1815 era o limite sul da Freguesia, sendo naqueles tempos

³⁷ Supostamente essa capela seja a doada por João Querino Vinhas juntamente com o terreno onde se construiu o cemitério Santo Antônio da Boa Vista.

denominada de rua da Palma ou rua das Fontes, mas assim como a Gonçalves Chaves, também era conhecida como “dos coqueiros”. O nome General Neto teria entrado em vigor em 9 de outubro de 1869, em homenagem ao general Antônio de Souza Neto, tio de José Antônio Neto/Zeca Neto que rendeu Pelotas por 12h, no decorrer da Revolução de 1823³⁸. (MAGALHÃES, 2000).

As respostas podem não ser totalmente satisfatórias, pois documentos foram perdidos, extraviados no decorrer do tempo e não há consenso entre os autores sobre, nome das ruas, por exemplo, fatos que tornaram indispensável uma breve consulta sobre as antigas denominações dos logradouros da cidade.

Outra rua importante que precisamos analisar é a rua Jataí/Alegre/dos Coqueiros, posteriormente denominada Gonçalves Chaves, devido à localização das chácaras. O autor enfatiza:

Consta da primeira planta da Freguesia, projetada em 1815 nos terrenos do “Fragatinha”. Batizada então de Rua Alegre, suas casas, mais do que casas, eram chácaras, cujos quintais se fechavam com cercas vivas, formadas por gravatás, unhas de gato, mandacarus, urumbebas, constituindo, na expressão de Alberto Cunha, uma verdejante e intransponível trincheira. [...] as chácaras da rua Alegre avançavam até a rua das Fontes/General Neto. (MAGALHÃES, 2000, p. 49).

Por sua vez, a rua Marcílio Dias só recebeu essa denominação em 1869. Inicialmente nomeada rua da Ladeira e futuramente rua da Boa Vista. Para tentar esclarecer essas dúvidas em relação à região Boa Vista, foram inseridos em anexo dois mapas alusivos aos primeiros tempos do povoamento da futura Pelotas. O primeiro (anexo A, p. 89), destaca a ocupação do arroio Pelotas – século XIX –, suas respectivas propriedades charqueadoras e seus arredores. No (anexo B, p. 90), podemos visualizar claramente a divisão do primeiro loteamento e a Ladeira da Boa Vista, futura Marcílio Dias.

Precisamos, contudo, considerar os limites urbanos e as denominações da região da nascente Pelotas que se modificou no decorrer dos anos. Os limites urbanos abrangiam:

A leste, a Rua Barroso atual; ao norte, a avenida Bento Gonçalves; e ao sul, Rua General Neto – foram estes os limites traçados para a freguesia, com a Igreja e a correspondente Praça da Matriz. [...] Nessa área havia funcionado uma charqueada, agora demolida, cuja sede provavelmente fora localizada na direção oeste, próxima às margens do arroio Santa Bárbara, que até ser desviado do seu curso natural acompanhava a trajetória da atual Rua Marcílio Dias. (MAGALHÃES, 2012, p. 49).

³⁸ (SILVA, 2015).

As terras onde futuramente se ergueria a cidade de Pelotas, teriam sido doadas a Tomás Luís Osório pelo Conde de Bobadela. Segundo a Carta de doação, cuja cópia estaria arquivada na Intendência municipal de Pelotas, a região já era conhecida e explorada. (OSÓRIO,1997, p. 42).

Já no ano de 1873 havia aqui uma companhia de ordenanças, com seu alferes Felix Pereira da Costa Furtado de Mendonça, a qual só podia formar-se onde houvesse 60 ou mais casais. [...] era abastado proprietário de terras nos municípios hoje de Pelotas e Canguçu. (OSÓRIO,1997, p.46).

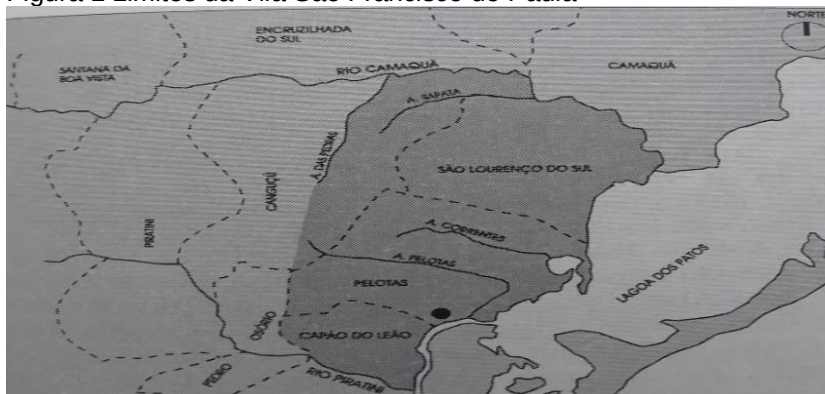
Depois da execução de Tomás Luís Osório³⁹, acusado injustamente de traição, seus herdeiros venderam essas terras ao casal Isabel Francisca da Silveira e Manuel Bento da Rocha.

Todo o litoral do município – da Lagoa dos Patos e do dito Canal de São Gonçalo, à barra do Rio Grande e à foz do Piratini – foi partilhado em sete estancias. [...] 1, Feitoria; 2, Pelotas; 3, Monte Bonito; 4, Santa Bárbara; 5, São Tomé; 6, Pavão; e 7, Sant’Ana. (OSÓRIO,1997, p. 53).

Pelotas surgiu na Sesmaria de Monte Bonito de propriedade do tenente de Dragões Manuel Carvalho de Sousa (1779). Em pouco tempo, a sesmaria foi vendida e dividida, sendo naquele terreno que Pinto Martins escolheu estabelecer sua charqueada, “[...] na época, uma apressada construção de galpões cobertos de palha, varais para estender a carne desdobrada, salgada, e algum tacho de ferro para a extração de parca gordura dos ossos por meio da fervura em água”. (OSÓRIO,1997, p. 53).

No mapa abaixo podemos visualizar a extensão do recém criado município que “tinha por limites as águas do rio Camaquã, da laguna dos Patos, do canal São Gonçalo e do Rio Piratini”. (GUTIERREZ, 1999, p. 161).

Figura 1 Limites da Vila São Francisco de Paula



Extraído de (GUTIERREZ, 1999, p. 161).

³⁹ Acusado de esconder um jesuíta, foi condenado e executado na Cruz dos Quatro Caminhos (Lisboa). Passados dois meses de seu enforcamento sua inocência foi comprovada. (OSÓRIO,1997, p. 44).

Realizados os devidos esclarecimentos, vamos dar continuidade a questão dos cemitérios. Nascimento (1982) segue afirmando que outros cemitérios existiram na cidade de Pelotas.

O chamado cemitério dos alemães onde foi sepultado um soldado alemão de um batalhão de artilharia de mercenários, acantonada em Pelotas entre 1851 e 1852. Não tendo tido encomendação, não permitiu o vigário da Matriz que fosse inumado no cemitério católico. O local, passou então, a ser cemitério protestante. (NASCIMENTO, 1982, p. 28).

Em conformidade, Lucas (2006) assegura que outros cemitérios subsistiram em Pelotas, além do localizado nas terras de Dona Isabel Francisca da Silva (no atual Laranjal) e como o da Nossa Senhora da Luz (1823 a 1855), localizado no bairro de mesmo nome, tendo sido fechado devido à Epidemia de Cólera.

Ponderemos o que diz Osório (1997, p. 129):

Houve um cemitério subterrâneo, tendo à entrada tampas de ferro com fechos e gonços fortes, sendo ele situado ao lado esquerdo da antiga capela de Nossa Senhora da Luz⁴⁰ e o qual deve ter sido obstruído com a edificação da nova Igreja.

Magalhães (2000) também faz referência a um Cemitério antigo, localizado entre a Avenida Bento Gonçalves e a Dr. Amarante⁴¹. Em frente a esse cemitério teria sido erguida a primeira forca que funcionou em Pelotas.

Neste ponto, precisamos abrir um parêntese para falarmos sobre a forca. Nosso interesse não se encontra em discutir os enforcamentos, mas sim no sentido de melhor compreender e identificar a região aonde a mesma foi erguida, por estar localizada próxima a um antigo cemitério referenciado por Magalhães (2000).

Em referência à forca Al-Alam (2007, p. 193-194) relata que:

O primeiro local das execuções públicas [...] foi ao norte da Igreja Matriz, na zona ocupada hoje pelo Parque Dom Antônio Zattera, antiga Praça Júlio de Castilhos. [...] O local da forca deveria ficar num campo aberto que havia em frente ao cemitério católico, que de acordo com Fernando Osório, ficava “tendo à frente leste pela rua Andrade Neves, fundos a oeste até a rua General Osório, face ao sul pela Bento Gonçalves e para o norte ao campo aberto que havia ali”. Ainda não existiam as ruas do antes conhecido Bairro da Luz, que foi criado em 1858. O primeiro local da forca ficava então nos limites da cidade, em campo aberto. [...] Pela década de 1850, a forca, segundo Neto, foi transferida para a antiga Praça da Constituição, depois Praça das Carretas, a atual Praça Vinte de Setembro.

⁴⁰ A Capela foi edificada no ano de 1824 por José Fernandes da Victoria Santos, capitão de barco, como agradecimento por haver recuperado a visão. O terreno foi cedido pelo capitão de ordenança João José Teixeira de Araújo. (MAGALHÃES, 2000, p. 75).

⁴¹ Importante salientar que enquanto a Av. Bento Gonçalves faz parte do primeiro projeto de urbanização (1812), a Dr. Amarante foi projetada no final da década de 50, recebendo a denominação de 25 de Março, dando início ao Bairro da Luz.

Nesse momento as dúvidas permanecem. Com certeza, Al-Alam se refere ao cemitério do Passeio, contudo como veremos a seguir, é possível que a força se localizasse em frente ao cemitério dos Protestantes/Alemães e não em frente ao Católico/Passeio ou da Luz, porém os dois primeiros, ficavam próximos. Quanto a essa questão, Osório esclarece que o “cemitério Católico, estava situado nas proximidades daquele”. (OSÓRIO, 1997, p. 130).

Para esclarecer essas imprecisões, vamos analisar diretamente as citações de Osório (1997), as de Magalhães (2000), e também Betemps (2017, s/p), sucessivamente.

Existiu e funcionou a força em Pelotas, erguida ao norte da Igreja Matriz, zona da atual praça Júlio de Castilhos (sobre a frente do cemitério que existiu pela altura da hoje rua Andrade Neves, entre 24 de fevereiro e o boulevard Bento Gonçalves (OSÓRIO, 1997, p.130).

Então aonde ficava a rua 24 de fevereiro? De acordo com Magalhães (2000, p. 16) trata-se da rua Doutor Amarante. Essa rua foi projetada no final dos anos 1850 pelo engenheiro Romualdo de Abreu e Silva, concomitantemente com as hoje ruas Padre Felício, Antônio dos Anjos, Rafael Pinto Bandeira e Pinto Martins. Em 19 de fevereiro de 1858, por decreto, passou a se chamar Vinte e Cinco de Março. Posteriormente, em comemoração à data da primeira Constituição Republicana, promulgada em 1891, passou a se chamar 24 de Fevereiro e em 1950 seu nome passa a ser Doutor Amarante.

Desse modo, podemos deduzir que Magalhães (2000) discorra sobre o cemitério Protestante/dos “Alemães”, enquanto, Osório (1997, p. 129) faz referência ao Cemitério da Luz destruído com a edificação do novo templo. Ao término da demolição foram encontrados Indícios da existência do antigo cemitério. A propósito, é lamentável a destruição da antiga Capela, único prédio construído em uma arquitetura romântica que existiu em Pelotas. (OSÓRIO, 1997).

Segundo os Apontamentos Históricos – Euclides F. de Castro, citado por Nascimento (1982), em “10 de abril de 1855, o vereador Dr. Vicente José de Maia requereu o fechamento do cemitério da luz, por ser improprio o local”. (NASCIMENTO, 1982, p. 28).

Possivelmente, as incertezas sejam geradas devido à grande dificuldade em identificar a região aonde localizava-se o cemitério dos Protestantes, usualmente chamado dos “alemães”.

Num campo varzeado ao norte da cidade, a oeste da Praça Dom Antônio Záttera (antiga Júlio de Castilhos), possivelmente na Avenida Bento Gonçalves (antiga Rua do Passeio Público) na quadra entre as ruas Andrade Neves e Quinze de Novembro (antigas Ruas das Flores e de São Miguel). Parece ter sido em frente a este cemitério que foi montada a forca, na quadra da Quinze de Novembro (antiga Rua São Miguel), a uma quadra da Avenida Bento Gonçalves (antiga Rua do Passeio). (BETEMPS, 2017, s/p).

A explicação de Betemps (2017, s/p) reforça a hipótese levantada de que a forca foi instalada em frente ao cemitério dos Protestantes/Alemães e não em frente ao do Passeio.

Não estamos afirmando ter sido em frente ao cemitério dos Protestantes/Alemães aludido pelos autores que a forca foi erguida, mas, observando atentamente, as localizações, os indícios nos levam a aceitar ser correta essa possibilidade. Em contrapartida, podemos afirmar não se tratar do cemitério da Santa Cruz ou, do cemitério do Passeio. Como já referido, mas lembrando:

No dia 19 de outubro do ano de criação da Freguesia, 1812, ocorreu o primeiro enterro urbano, em um dos terrenos baldios da lomba que pendia para os arroios, atual Santa Cruz. [...] o cemitério da rua do Passeio, atual Avenida Bento Gonçalves, entre as ruas General Argolo, General Osório e Marechal Deodoro. Preencheu as condições por quase 30 anos. (GUTIERREZ, 1999, p. 214).

Sem dúvida, eram muitos os cemitérios, tanto oficiais quanto particulares, entretanto, esse grande número, as várias denominações de um mesmo cemitério, somado a falta de documentação, dificulta a pesquisa, mas não a impossibilita. Pelo contrário, a torna mais interessante e desafiadora. Contudo, progressivamente as dificuldades vão sendo superadas e começamos a desvendar os questionamentos levantados.

Segundo Nascimento (1982, p. 12) a Freguesia iniciou com um oratório, localizado no Sítio dos Coqueiros onde residia o Padre Felício que já oficializava as missas e outros serviços relacionados ao sacerdócio. Como já referido, o Sítio dos Coqueiros estava localizado entre as ruas Santa Cruz (antiga Alegre) e Voluntários (antiga rua da Horta). Atualmente a Catedral São Francisco de Paula está localizada na Praça José Bonifácio.

Avaliando, que a futura Pelotas, estava dando seus primeiros passos, formada apenas por alguns quarteirões e o restante eram campos, muitos alagadiços. Magalhães (1981 p. 20) esclarece:

No mesmo ano em que o povoado atingiu a condição de freguesia, iniciou-se a construção de uma capela, já no lugar onde hoje se ergue a Catedral. Enquanto isso, serviu inteiramente de paróquia o oratório de Nossa Senhora

da Conceição nas terras do tradicional Padre Doutor⁴². No ano de 1814 foi que o altar de São Francisco de Paula foi armado em sua Igreja, “ainda inacabada mas em estado de servir”.

Osório (1997, p. 75) relata que:

foi no terreno entre o pequeno rio Santa Barbara e o São Gonçalo, a 600 braças da confluência daquele –, pertencente ao dito capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, que o pároco Felício lançou os fundamentos da pequena Igreja matriz, ao redor da qual formou-se o agrupamento urbano.

A construção da segunda Igreja teria iniciado em 1813 e por volta de 1826 quase foi destruída por um raio. Teria sido o Comendador Domingos de Castro Antiqueira (Visconde de Jaguari), o maior benfeitor, possibilitando a reconstrução da Igreja. (NASCIMENTO, 1982, p. 20-23).

A partir de 1814, com a finalização da obra da igreja, alguns enterramentos foram realizados em seu interior. Já entre os anos de 1820 até 1825, muitos sepultamentos passaram a ser feitos no que se denominou de Cemitério Detrás da Igreja Matriz (atual Catedral São Francisco de Paula). No interior das igrejas, eram sepultados os ricos e os clérigos, já os pobres e/ou escravizados eram sepultados nos cemitérios, por não ter como pagar as despesas dos enterramentos. (GILL; SCHEER, 2017, p. 62).

Nesse sentido, Costa e Gastaud (2014) relatam que foi depois do século XVIII que os enterramentos passaram a ser realizados dentro das Igrejas, por ser essa uma das entradas do paraíso. “O espaço sagrado dos santos não podia comportar todos os cadáveres. [...] enterravam-se nas igrejas os católicos considerados ‘melhores’, ou seja, os mais favorecidos financeiramente”. (COSTA; GASTAUD, 2014, p. 32).

2. 4 Cronologia dos Cemitérios na cidade de Pelotas

Nascimento (1982) afirma que a partir de 1812 a cronologia era a seguinte: “Santa Cruz 1812 a 1819, a dos fundos da Igreja Matriz, 1820 – 1825; a da Capela da Luz, 1823 a 1855; a dos alemães, 1855; a da Santa Casa, 1855, ainda hoje o cemitério da cidade; a da Boa Vista 1855-1856”. (NASCIMENTO, 1982, p. 25).

Na freguesia de Pelotas os primeiros enterramentos não tinham um lugar específico e enquanto a capela estava em construção, um pequeno espaço foi reservado para os sepultamentos. O Primeiro cemitério situava-se no encontro da Rua do Passeio com a Rua das Fontes e ainda não possuía um nome oficial só passando

⁴² Denominação dos limites naturais de uma das propriedades de Rafael Pinto Bandeira que eram o Canal São Gonçalo, os dois Arroios, no início de seu curso chamados de Pavão ou Contrabandista, São Tomé ou Padre Doutor, (Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, vigário de Rio Grande), e pelo interior, o Capão do Boquete, hoje Capão do Leão, perto do Serro da Buena. (GUTIERREZ, 1999, p. 94).

a ser chamado Cemitério da Santa Cruz em 1848 e posteriormente tornou-se conhecido como Cruz dos Missioneiros. Esse cemitério foi desativado em 1819 e a partir de 1820, os sepultamentos foram transferidos para dentro dos muros da igreja. Em 1825 foi criado o cemitério da rua do Passeio que perdurou até 1855 quando foi criado o cemitério da Santa Casa. (AIRES, 2018).

Nesse momento surge mais um questionamento: Esse cemitério da Boa Vista, citado acima por Nascimento, é o mesmo Santo Antônio da Boa Vista pesquisado, trata-se de outro cemitério ou a autora equivocou-se? Porque todos os enterramentos registrados no “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” realizados no cemitério Santo Antônio da Boa Vista, acontecimento já mencionado, iniciam em 1855 e findam em 1859, ou seja, as datas de início das atividades convergem, mas as de encerramento são divergentes.

Se anteriormente a 1812, houve cemitério na Boa Vista, ou em outra localidade com tal nome, o que se reconhece oficialmente ficou localizado num terreno de cinquenta braças, doado juntamente com a capela por João Querino Vinhas, em 23 de novembro de 1855, e iniciado às pressas, por ordem da comissão de higiene da Costa, uma vez que grassava o Cholera Morbus. Em breve os moradores da Boa Vista ficaram aterrorizados com a fúnebre vizinhança⁴³. E a câmara viu-se obrigada a transferir para o logradouro público (tablada) onde continua presentemente próximo ao colégio agrícola. (NASCIMENTO, 1982, p. 28).

No final da citação a autora afirma que “a câmara viu-se obrigada a transferir para o logradouro público (tablada) onde continua presentemente próximo ao colégio agrícola”. Então, existiu um cemitério na Tablada? Em tal caso, trata-se do cemitério Santo Antônio da Boa Vista? São questões que justificam a necessidade de pesquisá-los para que possamos encontrar respostas a esses e outros questionamentos que porventura possam surgir.

As terras ao longo da margem direita do arroio Pelotas receberam as seguintes denominações, partindo da boca do arroio, onde este conflui com o canal São Gonçalo, tem-se o Atoladouro, seguido da área denominada Costa, depois a Boa Vista, mais a cima o Cascalho e, por fim, nas zonas mais afastadas da boca do arroio, temos a área denominada Cotovelo e Retiro, onde localizavam-se as charqueadas mais ao norte do canal São Gonçalo. (OGNIBENI, 2005, p. 50).

Nesse momento, antes de prosseguirmos, precisamos esclarecer que, indubitavelmente o cemitério da Boa Vista (1812-1819), não é o mesmo cemitério

⁴³ A autora refere-se ao Cemitério do Passeio que estava lotado devido ao avanço da epidemia. A localização do cemitério em espaço urbano começava a amedrontar os moradores que temiam a contaminação. São esses os motivos que levam a construção, às pressas, do cemitério Santo Antônio da Boa Vista.

Santo Antônio da Boa Vista (1855-1859) objeto dessa pesquisa, embora, homônimos. Com relação ao Santo Antônio da Boa Vista voltaremos a ele, mais adiante. Como supracitado Betemps (2017) e Nascimento (1982) esclarecem de que não há meios para se saber a localização exata do antigo cemitério da Boa Vista e se realmente existiu. Se restarem dúvidas, sugerimos retomar ao tópico 2.3, onde esse quesito foi melhor detalhado.

Assim sendo, vamos considerar as categorias em que eram classificados os Cemitérios em Pelotas.

2. 5 Classificação dos cemitérios na cidade de Pelotas

Para Aires e Gutierrez (2019, p. 110) os campos santos são classificados em duas categorias: a primeira segundo a tradição e a segunda visando à saúde da população. Pelotas num primeiro momento seguiu a tradição e posteriormente, com o advento da Cólera, priorizou a saúde, transferindo os enterramentos para o cemitério do Fragata.

A necrópole da tradição abrangeu os quatro primeiros campos santos da cidade. Nesse grupo, foram observadas características que perpetuavam as tradições da Igreja, sem uma preocupação sobre os perigos que os corpos em decomposição junto à cidade apresentavam. A necrópole da saúde seguiu determinações para evitar a propagação de doenças, representou um campo santo de Pelotas e utilizou soluções da cidade romana da Antiguidade, adaptadas para auxiliar na organização da necrópole. (ARIES; GUTIERREZ, 2019, p. 110).

Os autores aludidos afirmam que para impedir a propagação de doenças, um campo santo seguiu as determinações da saúde. Contudo, ficou constatado que o Cemitério Santo Antônio da Boa Vista, também foi construído seguindo essas determinações.

2. 5. 1 Cemitérios segundo a Tradição

1 - Cemitério da Santa Cruz/Cruz dos Missioneiros (1812-1820), localizado na rua Almirante Barroso, antiga de Baixo ou das Fontes (1815), esquina com a Conde d'Eu, posterior Passeio e atualmente Avenida Bento Gonçalves, (atual prédio da Brigada Militar). (OSÓRIO, 1997, p. 125-126).

Esse cemitério foi o primeiro chão sagrado da freguesia, ocorrendo em 19 de outubro de 1812 a encomendação do primeiro corpo pelo Padre Felício. Só um ano depois foi a igreja sagrada e inaugurada com a entrada da imagem do padroeiro São Francisco de Paula, trazida em procissão pelos expoentes da terra. [...] foi localizado num terreno baldio, que depois se chamou de Santa Cruz porque, em vinte de novembro de 1846, trinta e quatro anos, após

a fundação da freguesia, foi cravado a cruz das missões, vinda em solene procissão da matriz, quando os padres missionários aí estiveram para pregar. [...] Os enterros eram conduzidos à mão, por ficar o cemitério a pouca distância da capelinha localizada no Sítio dos Coqueiros, e residência do vigário, onde ocorriam missas e se fazia a encomendação dos mortos, pois ainda não existia uma igreja oficial. (LUCAS, 2006, p. 14).

2 - Cemitério da Igreja Matriz, único com licença de funcionamento e, como o nome sugere, localizado dentro da Igreja Matriz (hoje Catedral), onde eram sepultados os mais ricos e os religiosos. Para aqueles que não podiam arcar com as despesas, católicos com menor poder aquisitivo, aos não católicos, protestantes, judeus, muçulmanos, escravos e condenados, os enterramentos eram realizados fora da igreja. (COSTA; GASTAUD, 2014, p. 5). No caso dos sepultamentos dos escravizados pertencentes aos mais ricos, seus senhores arcavam com as despesas (OGNIBENI, 2005).

Ainda nas Antigualhas⁴⁴, diz-se que de 15 de fevereiro de 1814 até 1819, a igreja forneceu concorrência ao primeiro cemitério, onde eram sepultados os mais abastados e os religiosos dentro da igreja (atual Catedral), tendo sido enterrado o próprio Padre Felício em 1819. Neste ano, o pequeno recinto já efetuara o sepultamento de 75 corpos. (LUCAS, 2006, p. 15).

3 - Cemitério do Fundo da Igreja, localizado nos fundos da Igreja, tendo suas atividades iniciadas depois do fechamento do Cemitério da Santa Cruz – 1 de janeiro de 1820 e encerrando os sepultamentos no ano de 1825. Todavia, os enterramentos no interior da Igreja só cessaram em 1827.

Gutierrez (1999, p. 214) relata ter sido:

o rápido crescimento do número de sepultamentos sem a ocorrência de nenhuma epidemia, demonstrou o aumento acelerado da população da Freguesia. Foi necessário construir um outro campo santo, em um local mais afastado.

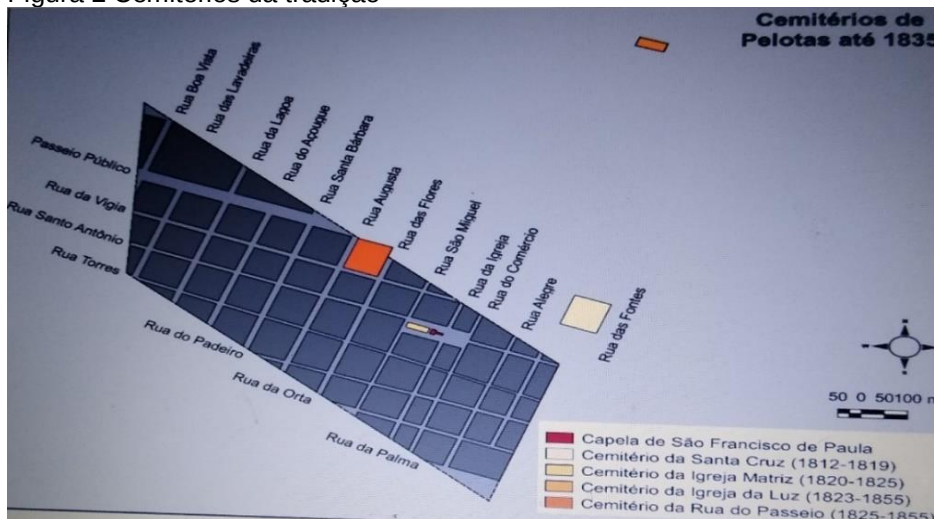
Em maio de 1825 fundou-se então, o **Cemitério da Rua do Passeio**, também chamado de Cemitério da Cidade ou Cemitério Católico que teria sido o principal até 1855 – quando a cólera chegou a Pelotas –, estando localizado entre as ruas da Vigia (General Argolo), Augusta (General Osório) e Flores (Andrade Neves). (LUCAS, 2006, p. 14,15 e 16).

O campo santo estava há algum tempo lotado e não tinha condições de receber mais corpos. Além disso, existia o medo da propagação da doença. Foi nesse ano que passou a funcionar o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia, a cidade cemiterial de Pelotas, no atual bairro Fragata. (AIRES, 2018, p. 43).

⁴⁴ Artigos publicados diariamente no periódico *A Opinião Pública*, escritos por Alberto Coelho da Cunha e arquivados no Museu da Biblioteca Pública Pelotense.

O mapa a seguir, elaborado por Aires (2017), baseado na planta urbana de 1815 facilita visualizar a localização dos campos santos.

Figura 2 Cemitérios da tradição



Fonte: Extraído de (Aires, 2018, p. 52).

2. 5. 2 Cemitérios da cidade de Pelotas priorizando a saúde

No resumo de sua dissertação, Aires (2018) expõe que:

A partir do século XVIII os mortos passaram a ser vistos como uma ameaça aos vivos e isso resultou na separação entre eles. O distanciamento foi mais severo no século XIX, quando o perigo da propagação de doenças resultou na criação de novas regras para a instalação dos cemitérios municipais longe dos centros urbanos.

A preservação da saúde substituiu a tradição e os sepultamentos foram transferidos para locais mais apropriados, na intenção de evitar as doenças que se propagam por meio dos miasmas emanados pelos corpos em decomposição. Foi devido a essa teoria dos miasmas⁴⁵ que o modo de sepultamento foi transformado, passando a ser proibido dentro das Igrejas ou próximo a zona urbana. (AIRES; GUTIERREZ, 2019).

Embora a Câmara de vereadores em Pelotas tenha sido constituída em 7 de maio de 1832, esta, só passa a se preocupar com questões de saúde pública na legislação de 1834, mas as questões referentes a cemitérios e enterramentos só vinha em quinto lugar, ou seja, não era a primeira preocupação.

A legislação de 1834 possuía três temas: Limites Urbanos, Saúde Pública e Polícia. A saúde pública preocupava-se, primeiro, com a venda de gêneros alimentícios e remédios, com os boticários, médicos, cirurgiões e com as

⁴⁵ Odores fétidos emanados por corpos em decomposição que segundo a crença vigente na época era o causador de doenças.

parteiras; segundo, com o esgotamento dos pântanos e águas infectadas, fechamento de terrenos abertos onde lançavam imundícies; terceiro, com o asseio dos currais, matadouros e açougues; quarto, com o depósito e despejo de imundícies com as fábricas e manufaturas que podiam alterar e corromper a salubridade da atmosfera; quinto, com cemitérios e enterros. (GUTIERREZ, 1999, p. 199).

O cemitério da Rua do Passeio supriu as necessidades da população pelotense por três décadas, porém a população cresceu e o número de mortos também.

No início de 1849, em correspondência, o subdelegado de polícia solicitava a Câmara Municipal de Pelotas que se oficiasse o Vigário pela irregularidade que constava: “[...] ter havido no enterramento dos corpos no cemitério, por descuido ou abuso do respectivo sacristão, em não designar os negros que conduzem os mesmos corpos a lugares próprios, e a necessária profundidade, dando por isso lugar a revolverem-se os cadáveres ainda mal consumidos”. E acrescentava, logo em seguida: “[...] que sou informado ser demasiado pequeno para o número de corpos que ali se enterram”. (GUTIERREZ, 1999, p. 214-215).

Nesse contexto, foram fundados o Cemitério da Santa Casa de Misericórdia e o Santo Antônio da Boa Vista. Vamos dedicar tópicos para cada um.

Entre as várias propostas de locais para a construção de um novo cemitério venceu o projeto já pleiteado pela Santa Casa e o terreno foi desapropriado pela Prefeitura.

Por sua vez o Santo Antônio da Boa Vista localizava-se próximo ao Colégio Agrícola, nas terras doadas por João Querino Vinhas (juntamente com a Capela), em 23 de novembro de 1855, e iniciado às pressas, por ordem da comissão de higiene da Costa. (NASCIMENTO, 1982. p. 28). O São Lucas, é a parte nova do antigo Santo Antônio da Boa Vista e por muito tempo, confundido e chamado Boa Vista, até ter seu nome atualizado. No mesmo ano 1855 foi fundado o cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Entre 1973 e 1974 foi assinado o contrato com a firma CORTEL S/A (Comércio Rio-Grandense de Construções e Urbanização) para a construção do cemitério Ecumênico São Francisco de Paula e sua inauguração ocorreu em 27 de novembro de 1976 em solenidade presidida pelo bispo Diocesano D. Antônio Zattera. Estiveram presentes autoridades e representantes da Igreja Metodista Reverendo Walter Antunes Braga, pela Igreja Episcopal do Brasil, Reverendo Samuel Kaiuma, e pela igreja São João o Reverendo Douglas Wehmurh. (LUCAS, 2006, p. 55).

De acordo com Lucas (2006, p. 24) o cemitério do Fragata está localizado no Bairro de mesmo nome: frente para a avenida Duque de Caxias, fundos para a Rua Vidal de Negreiros, limitando-se à esquerda com a Prudente de Moraes e a direita com

a Bernardo José de Sousa. Cemitério bastante amplo, constituído por outros cemitérios menores: “cemitério antigo das elites, cemitério de sepulturas rasas (Campo Santo), cemitério dos alemães, cemitério dos judeus, e em última etapa, cemitério vertical”. (LUCAS, 2006, p. 24). Sua origem remonta a necessidade de transferir os mortos pela epidemia de cólera, que lotaram os cemitérios urbanos existentes.

O autor também relata que desde 1850, já era debatido pelos vereadores a necessidade e a melhor localização para um novo cemitério. Depois de longa disputa, a construção do novo cemitério foi autorizada pela portaria publicada em 11 junho 1852.

Os primeiros enterramentos ocorreram desde o dia 23 de novembro de 1855, [...] evitando-se, assim, a acumulação de corpos no velho cemitério da Rua do Passeio, muito próximo dos prédios urbanos. Da inauguração até o dia 30 de julho de 1857, enterraram-se ali 269 pessoas, 175 livres e 94 escravos. (LUCAS, 2006, p. 27).

Em reportagem ao jornal *Diário Popular*, citada por Lucas (2006), a origem do Cemitério do Fragata pode ser encontrada no – Cemitério de sepulturas rasas conhecido como “Campo Santo”, localizado nos fundos do Cemitério São Francisco de Paula – parte antiga, hoje totalmente abandonado, com túmulos violados, rachados e tomados pelo mato.

[...] grande campo estando todo ocupado por túmulos, o “Campo Santo” como é designado pela administração local, é a origem do Cemitério do Fragata, quando em 1855 o local foi usado para que fossem enterradas as vítimas da epidemia de cólera. Os corpos eram enterrados em sepulturas no chão e só poderiam ser retirados 100 anos depois. (LUCAS, 2006, p. 50).

Diante dos fatos apresentados, podemos compreender de que modo eram realizados os enterramentos, em quais locais e também o porquê de nos registros de morte constar apenas o prenome do falecido, seguido do nome de seu “senhor”. Veremos a posteriori que naqueles tempos, os escravizados eram citados somente pelo nome de batismo. Nomes mais extensos, com sobrenome da família, designavam pessoas da elite, brancas, brancos estrangeiros, entre outros.

O cemitério Santo Antônio da Boa Vista como já explicado não deve ser confundido com o atual São Lucas, parte mais recente. O Santo Antônio da Boa Vista assim como o São Lucas estão localizados no mesmo endereço, num único terreno – no entroncamento da estrada da Boa Vista/Avenida Leopoldo Brod com a Avenida Engenheiro Idelfonso Simões Lopes, 3565 – Bairro Três Vendas. Existem duas

entradas, uma permitida apenas para pedestres, pela Avenida Idelfonso Simões Lopes e a outra por onde entram os carros fúnebres e também pedestres – estrada da Boa Vista – atual Avenida Leopoldo Brod.

A administração destes dois cemitérios são independentes. Enquanto o São Lucas é privado e passou a funcionar em 1903, o gerenciamento do Santo Antônio da Boa Vista é de responsabilidade da (SSUI) – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Infraestrutura⁴⁶ – situada a Avenida Salgado Filho, 808.

Embora, as anotações no “Livro de óbitos nº 3 (1855 a 1859)” cessem em 14 de maio de 1859, o cemitério Santo Antônio da Boa Vista continuou a receber sepultamentos e se houve alguma suspensão, não foi possível confirmar. No ano de 2017 o Boa Vista foi interditado devido as precárias condições passíveis de danos ambientais e a saúde pública. Nesse cemitério as covas são do tipo tradicional, horizontais, sem planejamento, podendo contaminar o lençol freático, pelo necrocherume⁴⁷, se este, não possuir a profundidade adequada.

Tanto o cemitério São Lucas quanto o Boa Vista não possuíam, até a data da reportagem⁴⁸ divulgada pela RU (Rádio Universidade), licenciamento ambiental e alvará de localização. No Boa Vista são atendidas pessoas com ganhos de até dois salários mínimos, amparadas pela Lei Municipal 4662, sendo disponibilizado serviços funerários gratuitos, mais um caixão e um túmulo por um período de três anos. A partir da interdição somente o túmulo deixou de ser disponibilizado até que o problema de vagas fosse solucionado pela Prefeitura. O cemitério esteve interditado por 15 dias e sua parcial liberação só foi possível devido a inicialização do processo de licenciamento ambiental junto à Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA).

Os túmulos mais antigos não possuem inscrições, seja porque não foram realizadas ou, porque o tempo as apagou. Partes do local é alagadiço, coberto de mato alto, tornando perigoso transitar pelo local, podendo ocorrer picada de cobras

⁴⁶ Tentamos entrar em contato com a Secretaria, tanto por correio eletrônico quanto por telefone, mas não logramos êxito. Essas dificuldades de acesso a informações e a documentos dificultam e, às vezes, impossibilitam o bom andamento das pesquisas tão necessárias para esclarecer a população e principalmente para que a história não seja esquecida.

⁴⁷ Líquido resultante da decomposição dos cadáveres, repletos de organismos patogênicos, responsáveis pela transmissão de doenças. (CARNEIRO, 2009).

⁴⁸ A reportagem completa pode ser acessada no Site da instituição. Disponível em: <https://ru.ucpel.edu.br/2017/01/prefeitura-interdita-cemiterio-da-boa-vista/>. Acesso em: 16 de julho de 2021, às 12h e 30m.

ou outros animais peçonhentos, similar ao que acontece com as sepulturas rasas, origem do cemitério São Francisco de Paula.

As figuras a seguir, foram obtidas em visita ao Cemitério Santo Antônio da Boa Vista, realizada em 4 de junho de 2021. As fotografias mostram que as condições continuam precárias, acrescidas pelos novos enterramentos devido ao SARS-CoV-2, causador da Covid-19.

Figura 3: Covas rasas



Fonte: Acervo da autora.

A seguir apresentamos uma vista parcial do cemitério Santo Antônio da Boa Vista, à esquerda de quem entra pela Avenida Ildefonso Simões Lopes. Certamente, devido ao curso da Pandemia do Corona vírus não foi possível obter maiores informações junto à Secretaria de Serviços Urbanos e Infraestrutura (SSUI) de Pelotas, mas futuramente a intenção é dar prosseguimento a esta pesquisa.

Figura 4: Cemitério Santo Antônio da Boa Vista



Fonte: Acervo da autora.

O objetivo dos esclarecimentos é situar o leitor. Porém, precisamos retornar ao século XIX, para não incorrermos em um distanciamento demasiado de nosso real objetivo que são os enterramentos e a grande mortalidade em decorrência da epidemia de cólera em curso na época.

O exemplo a seguir é de um registro contido no “Livro de Óbitos nº 3” (há outros na mesma folha) realizado na folha três, v: na margem esquerda da folha consta o registro da morte de Moleque, escravo de Domingos Soares Barboza. Causa da morte: epidemia reinante. À direita da página, está registrada a data da solicitação de enterramento feito à Igreja Matriz São Francisco de Paula, no caso, 27 de novembro de 1855, na cidade de Pelotas e, a seguir, o nome do Cemitério Santo Antônio da Boa Vista. (Anexo C, p. 91).

Como se percebe, o registro é simples, com dados muito básicos, não consta a idade do falecido, local de residência, número da cova ou qualquer outra informação. Contudo, observa-se que apesar da dificuldade de transcrição do documento, devido à caligrafia de difícil compreensão e ao desgaste do documento pelo tempo, que apagou quase ou totalmente algumas das anotações, a causa mortis está clara, totalmente preservada em todos os registros.

2. 5. 3 O surto de cólera: mudança nos enterramentos

O surto de cólera, no ano de 1855, foi responsável pelo fechamento dos cemitérios da cidade e os sepultamentos ficaram a cargo do Cemitério São Francisco de Paula, de propriedade da Santa Casa de Pelotas. Nesse cemitério, os registros de inumações tornaram-se mais completos: foram acrescentadas a idade e a profissão, por exemplo.

Magalhães (1993, p. 71) relata que:

Com a propagação da cólera, em 1855, inaugura-se o Cemitério da Santa Casa, distante do centro e até hoje o principal cemitério de Pelotas, localizado no bairro Fragata, prolongamento da saída de acesso à Campanha, na direção oeste.

A seguir, passaremos a analisar os sepultamentos realizados no cemitério do (Fragata), onde 94 escravizados foram vitimados pelo mal. Essa análise se tornou necessária para a devida compreensão da gravidade e abrangência das mortes.

Como veremos adiante, com a chegada da cólera e a superlotação do cemitério oficial, (naquele momento o cemitério Católico/do Passeio), coléricos eram enterrados em cemitérios improvisados. Essa constatação impossibilita avaliar um cemitério isoladamente, já que as inumações pesquisadas são correlatas, pois coléricos foram enterrados no cemitério Santo Antônio da Vista, no cemitério da Santa Casa e, em

outros locais não oficiais. Fato que justifica a necessidade de pesquisar os cemitérios antigos, realizada no início deste capítulo.

2. 5. 4 Enterramentos no Cemitério da Santa Casa

Relembrando que, no período de um ano, morreram 269 pessoas vitimadas pela cólera: 175 livres e 94 escravos. (LUCAS, 2006). O autor refere-se aos sepultamentos realizados no Cemitério São Francisco de Paula, onde foi sepultado o primeiro colérico, o negro escravo (sic) Benedito.

Por ordens da polícia, todos os enterramentos deveriam ocorrer no cemitério da Santa Casa, o que não se cumpriu. Nesse ano, 1855, vitimado pela cólera, foi sepultado o comendador Boaventura Rodrigues Barcelos, nesse cemitério. A autora também faz menção aos sepultamentos do irmão do comendador Manoel José Rodrigues Valadares, (1856) e João Jacinto de Mendonça, (1857), contudo não relata a causa mortis. (NASCIMENTO, 1982, p. 27)

De acordo com Cunha⁴⁹ [19-], entre 23 de novembro de 1855 e 30 de junho de 1856, foram sepultadas 429 pessoas no cemitério do bairro Fragata. Dessas, 227 eram africanas, percentual de 52,91%, mas não se sabe se eram escravizados, forros ou livres. O autor, no final da folha, fez uma anotação referente às causas mortis: “A quase totalidade dos óbitos classificados como produzidos por moléstias gerais infecciosas deve ser produzida pela cólera que esse ano fizera sua devastação no município”. (CUNHA, [19-]).

No período citado acima, segundo Alberto Cunha, ocorreram 329 mortes por moléstias gerais infecciosas, chegando a um total de 52,91%. Já no período de 1 de julho de 1856 a 30 de junho de 1857, faleceram 263, dos quais 12,93% – ou seja, 34 óbitos – eram de origem africana e 11,03% do total de inumações teve como causa mortis moléstia geral infecciosa (cólera).

Ainda de acordo com o mesmo autor, de 1 de julho de 1857 a 30 de junho de 1858, morreram 282 indivíduos, dos quais 41 – ou 14, 54% – foram vitimados pela cólera ou moléstia geral infecciosa. Dentre essas vítimas, 11,35%, num total de 32, eram africanas. Mais uma vez, não consta se eram livres, forros, escravizados. No período seguinte, que vai de 1 de julho de 1858 a 30 de julho de 1859, as mortes

⁴⁹ CUNHA, Alberto Coelho da. **Estatísticas das inumações nos cemitérios da cidade. 1855 a 1859.** Pelotas. Arquivo Histórico. Fundo Alberto Coelho da Cunha - (Biblioteca Pública Pelotense). [19-].

aumentaram para 335, das quais 80 provieram da cólera (moléstia geral infecciosa), totalizando 23,88%. Do total de inumações, 49 ou 14.63% foram de africanos. É evidente que, nesse espaço de tempo, embora a mortalidade tenha aumentado, as mortes causadas pela moléstia diminuíram.

No espaço de tempo seguinte, que vai de 1 de julho de 1859 a 30 de junho de 1860, dos 288 enterramentos, as vítimas de cólera diminuíram consideravelmente, sendo contabilizadas 20 mortes, totalizando um percentual de 6,94%. Não consta se eram escravizados ou não.

Constatamos que a cólera fez um grande número de vítimas e, embora todos os enterramentos devessem ser realizados no cemitério do fragata, a ordem foi desconsiderada. As inumações continuaram a ser feitas em outros locais, fato comprovado pelo estudo do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)”.

Ognibeni (2005) declara que, com o alastramento da epidemia, para minimizar os custos com sepultamentos e devido à urgência em se desfazer dos corpos, foram criadas áreas de enterramentos no interior das propriedades charqueadoras. Esses “túmulos eram demarcados⁵⁰ apenas por uma cruz de madeira”. (OGNIBENI, 2005, p.101).

A autora relata que, num certo momento, os sepultamento só eram permitidos no interior dos cemitérios, mas, devido ao alastramento da cólera e o grande número de vítimas, o Presidente da Província teria autorizado Domingos José de Almeida a instituir um cemitério na costa do arroio Pelotas, somente durante o curso da epidemia.

Inclusive, Domingos José de Almeida teria informado oficialmente que, devido à grande mortalidade, os mortos eram enterrados sem um planejamento em cemitérios antigos. A autora segue afirmando que:

Aparecendo a epidemia reinante neste distrito por estragos rapidíssimos, os Srs. das vítimas as mandam sepultar nos antigos cemitérios do falecido Antônio Pereira da Cruz à direita do Pelotas, e no de Fontoura à esquerda do mesmo. Os parceiros, a quem encarregavam este penoso serviço, apenas abriam um rego na flor da terra, nele estendiam o cadáver, e de outros regos, que faziam aos lados, tiravam terra que sobrepunham em dito cadáver à maneira de um camalhão, como observei, e se retiravam, por preguiça ou por medo da moléstia. Este método de enterramentos, além de impiedoso e oposto aos nossos hábitos religiosos, facilitava o pronto destapamento dos corpos, a transmissão do mal e os expunha à voragem dos cães e animais carnívoros. Deste modo, podemos perceber que havia no mínimo dois cemitérios improvisados nas margens do arroio Pelotas, nas propriedades dos charqueadores José Maria Bento Fontoura e de Antônio Pereira da Cruz. (OGNIBENI, 2005, p. 101).

⁵⁰ Esse cemitério estaria localizado nas terras da família Simões Lopes.

Como demonstrado no decorrer deste capítulo “a epidemia atacou de preferência os pretos, os homens de cor e as classes mais inferiores da sociedade”. (RÊGO, 1873, p. 109). O surto de cólera foi responsável pelo fechamento e abertura de cemitérios e embora, estratégias para conter a doença tenham sido tomadas foi pouco eficaz como veremos a seguir.

2. 6 A Epidemia atinge as Charqueadas

Teria sido no início do mês de novembro de 1855 que o vapor Imperatriz aportou no porto do Rio Grande, com 16 tripulantes acometidos pelo mal. Embora, o vapor tenha sido posto em quarentena, a vigilância foi burlada, sendo esse fato responsável por alastrar a moléstia que rapidamente atingiu as charqueadas, o centro urbano e cidades vizinhas. (RÊGO, 1873, p. 201).

Na cidade as repartições públicas foram fechadas porque muitos de seus funcionários foram vitimados pela doença e outros afastados. Em dezembro abrandou e no dia 17 foi realizada uma procissão para agradecer o arrefecimento da epidemia, contudo muitas pessoas a abandonaram, atacadas pela doença. (NASCIMENTO, 1982, p. 28-29).

Acreditar no abrandamento da doença foi um equívoco e consequentemente muitas vidas foram ceifadas. A procissão constituída por todas as classes sociais, carregando aos ombros a imagem do senhor dos Passos, andava descalça em um dia de sol intenso clamando para que a peste fosse extinta. No dia seguinte, essa atitude, somada a temperatura baixa acompanhada de chuva contrastando com o dia anterior, favoreceu a contaminação. “Uma escrava de nome Josefa, que adoecera às nove da manhã, falecia às quatro da tarde, com aspecto terrivelmente desfigurado e a excessiva magreza de quem estivera doente por longos meses”. (NASCIMENTO, 1982, p. 29).

Quanto a data em que a cólera atingiu Pelotas, Lucas (2006, p. 19) declara ter sido:

no dia oito de novembro de 1855, que apareceram os primeiros casos de cólera na cidade de Pelotas. As mortes se multiplicaram rapidamente e quase todas as famílias estavam de luto por parentes ou amigos. Nos dois primeiros meses, matou uma média de 40 pessoas por dia. Conforme Alberto Coelho da Cunha, a população estava estimada em 5.900 pessoas.

Logo após ter chegado às charqueadas de Pelotas a Cólera segundo consta na carta de Ovídio Trigo Loureiro, todos os escravizados teriam sido acometidos –

Vinhas⁵¹ perdera dezenove escravizados; Custódio dezoito; Manuel das espadas treze escravizados, enquanto Maneca Viana e João Jacinto perderam oito, Aníbal Maciel havia perdido seis. (NASCIMENTO, 1982, p. 28).

Gutierrez (1999, p. 426) relata ainda que:

nesse momento de terror, novas sepulturas eram abertas com urgência, e a toda pressa no Cemitério do Fragata. No dia 23 de novembro de 1855, enterrava-se o primeiro colérico naquele cemitério. Nesse dia, a terra cobriu a cova rasa do escravo negro Benedito, 24 anos, solteiro, oleiro, nascido em Pelotas.

O relato de Gutierrez somado ao exposto pelos demais autores citados, testifica que escravizados vitimados pela cólera foram sepultados também no Cemitério do Fragata. A diferença é que nesse cemitério aparecem profissões o que não acontece nos registros do Santo Antônio da Boa Vista.

Em sua tese sobre as Charqueadas pelotense, Ognibeni (2005, p. 103) faz referência ao acervo deixado por Simões Lopes Neto, constituído por artigos publicados entre 1911 e 1912 na “*Revista do Primeiro Centenário de Pelotas*”. As publicações se referem às origens de Pelotas e suas Charqueadas e sobre a charqueada pertencente à família de Simões Lopes onde a cólera fez um grande número de vítimas. No local mais de vinte pretos escravos (sic) teriam sido enterrados e o pequeno cemitério com suas cruzes de madeira foi conservado por longo tempo.

Segundo relato de Luís Antônio Lopes Neto este antigo cemitério não existe mais. No entanto, um antigo caseiro teria lhe relatado que junto com os ossos bovinos calcinados, utilizados para produzir adubo eram encontrados ossos humanos ainda no início deste século. Até os dias atuais a casa e terras as margens do arroio Pelotas pertencem a família Simões Lopes. (OGNIBENI, 2005, p. 103). Na época da charqueada, esta localizava-se ao lado da casa principal que dá seus fundos para o arroio Pelotas. (OGNIBENI, 2005, p. 103).

Assim sendo, passemos à análise e transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)”, no qual se contabilizam 66 senhores de escravizados, com quantidades variáveis de perdas.

2. 7 Transcrição e análise do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da Cúria de Pelotas

Lembrando que os registros iniciam em 26 de novembro de 1855, na folha um, r. e finalizam na folha trinta e quatro, r. em 14 de maio de 1859. Devido ao mapeamento do citado Livro, relacionando as folhas onde estão registrados os óbitos,

⁵¹ Charqueadores.

suas respectivas datas, nome do falecido, especificando o senhor do escravizado (a) e o número de perdas individuais, ser muito extenso, optou-se por listar alguns exemplos, especificando o número de mortes relacionando-os ao respectivo senhor.

Nesse momento, omitimos o nome dos falecidos e disponibilizamos o mapeamento completo nos (apêndice A, p. 81 a 85), (apêndice B, p. 86 e apêndice, C, p. 87). A Tabela do mapeamento, para facilitar a contagem, foi dividida em três grupos: Primeiro grupo ou (Tabela 3) relaciona homens e mulheres escravizados(as); segundo grupo se refere aos homens não escravizados e o último grupo trata das mulheres não escravizadas. Todavia, foram seguidos a ordem de registros, com datas e folhas, somente listando os mortos de acordo com o respectivo “senhor”.

Tabela 2 Relação de perdas de escravizados por senhor

Senhor (a) de escravizado(a)	Nº de perdas
Comendador Cipriano Barcelos	14
D. Silvana Barcelos	11
João Vinhas	10
Domingos Soares Barboza	9
Cipriano Joaquim Rodrigues Barcelos	9

Fonte: Extraído do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”.

Como observado o comendador Cipriano Barcelos foi quem mais perdeu escravizados, num total de 14, seguido de Dona Silvana Barcelos com 11 mortos, João Vinhas com 10 mortos e assim sucessivamente. Quanto aos demais 60 senhores, perderam entre seis e um. A epidemia atingiu a todos, sem exceção, ricos e pobres. Mas, inegavelmente, os mais atingidos foram os escravizados do sexo masculino.

De 26 de novembro de 1855 a 20 de Dezembro de 1855, houve 58 mortes, num período de 25 dias. Os registros iniciam na folha um, r. e finalizam na folha dez, r., num total de vinte folhas, lembrando que elas são duplas. Nesse ínterim, foram vítimas da doença: quarenta e quatro escravizados e um crioulo livre, seis escravizadas, duas pretas livre, uma escrava (sic) livre brasileira, um moleque, escravizado de Cipriano Joaquim Rodrigues Barcelos (contabilizado entre os homens), mais Serafim José da Silva (português), Antônio Joaquim (português), Antônio Joaquim (brasileiro) e João Fideliz (alemão). Sobre esses últimos, não consta quem fez o pedido de sepultamento

e supõe-se serem brancos e livres, porque quando se tratava de escravizados, os registros eram feitos apenas citando o primeiro nome.

Constata-se que a epidemia no ano de 1855, num curto período, matou 49 homens, ou seja, mais ou menos 85%, o que comprova que a mortalidade foi maior entre os do sexo masculino do que do feminino, sendo esse o momento em que mais mortes ocorreram. Importante lembrar que esses números são referentes aos enterramentos realizados no Cemitério Santo Antônio da Boa Vista e não estão contabilizadas as mortes registradas nos demais cemitérios oficiais e/ou improvisados.

Ao contabilizar as mortes ocorridas em 1855, percebemos que nesse ano foi quando a epidemia mais vitimou pessoas. Em um pequeno espaço de tempo – 25 dias –, morreram 58 pessoas; já nos anos seguintes, como veremos, a mortalidade diminuiu, embora continuasse a fazer vítimas em praticamente todos os dias.

No ano seguinte, de 1 de janeiro a 30 de dezembro, foram registradas 67 mortes. Os registros iniciam na folha dez, v. e terminam na folha, vinte e um, r., totalizando vinte e duas folhas. Do total de vítimas, trinta e oito eram escravizados do sexo masculino, oito escravizadas, incluindo Hellena alemão (sic) e Joana [ilegível] (alemão (sic)), seis pertencentes a elite: Bernardino Rodrigues Barcelos, Jozé Julião da Silva, José Gonçalves, Claudiu Ignácio D'Oliveira, Francisca da Conceição e Marianna Eufrásia dos Santos. Ainda encontramos, Lourenço (crioulo livre), Tereza, Efigênia e Isabel (pretas forras), mais Ângelo, Pedro e Tomásia (brasileiros), João (preto forro), Domingos (brasileiro livre), Teresa (preta livre), Manuel e Adelino (brasileiros livres) e Baldoino (livre).

No ano de 1856, morreram vítimas da moléstia 50 homens, entre livres, forros e escravizados, e 17 mulheres. Mais uma vez, comprovamos que a mortalidade foi maior entre os do sexo masculino – mais de 74% – e os escravizados foram certamente os mais atingidos.

Em 1857, a mortalidade foi bem menor, e o espaçamento entre uma morte e outra também se modificou. Nesse ano, às vezes, passavam-se alguns dias sem ocorrer nenhum registro de morte. Contudo, como veremos, os escravizados do sexo masculino continuavam a formar a maioria das vítimas.

As mortes nesse ano iniciaram em 16 de janeiro de 1857 e findaram em 20 de dezembro do mesmo ano. Os registros dos óbitos começam a ser registrados no final

da folha vinte e um, **r.** e finalizam na folha vinte e cinco, **v.** No decorrer do ano, morreram 32 pessoas, sendo dezesseis escravizados, sete escravizadas, mais João da Rocha (estrangeiro), Fidelliz (brasileiro), Francisca (preta livre), Margarida (brasileira), Brígida D' Nação (inglesa), Maria José Fagundes da Silva, Bernardino Pereira da Silva e Antônio José Correa Pinto (elite). Aqui, registra-se o primeiro e único óbito de criança, um recém-nascido – o registro foi feito pelo pai, João Lopez. Mais uma vez, fica claro que, embora as mortes tenham sido em menor número, do total de 21 homens, 16 eram escravizados, novamente comprovando que os escravizados do sexo masculino foram as maiores vítimas.

No ano de 1858, o número de vítimas teve um leve aumento, subindo para 39 no período de um ano. Observamos que, de 20 de dezembro do ano anterior até 13 de janeiro de 1858, a doença deu uma trégua de 24 dias. Os registros foram feitos nas folhas vinte e seis, **r.** até a folha trinta e um, **v.** Morreram, nesse ano, vinte e um escravizados, sete escravizadas, Victória (preta livre), Marcelina (brasileira), Maria (brasileira), uma preta livre, um preto livre, Paulo (brasileiro), D. Bernardina Antunes Chaves, Norberto (brasileiro), Claudina (brasileira), Feliciano Maria do Nascimento (brasileira) e Francisco de Paula (brasileiro). Nesse ínterim, morreram 14 mulheres.

No último ano analisado, 1859, de 18 de janeiro a 14 de maio, os registros iniciam no meio da folha, trinta e um, **v.** e finalizam na folha trinta e quatro, **r.**, onde encontramos o registro de 16 pedidos de sepultamento, sendo onze escravizados e dois ilegíveis (escolhemos inseri-los na contagem masculina porque no registro consta escravo: (folha 32, **r.**, e folha 33, **v.**). Não há registro da morte de escravizadas, e somam-se os óbitos de Desiderio Dias [ilegível] (brasileiro), Antônio (brasileiro) e Maria Garcia (brasileira), essa a única mulher vitimada no ano em questão, ratificando a hipótese levantada de que as maiores vítimas foram os homens e escravizados. Nesse ano, cessaram os registros.

Depreendemos pelos acontecimentos apresentados no transcorrer do capítulo que a grande mortalidade procedida da pandemia reinante penalizou, sem sombra de dúvida, aos mais vulneráveis, no caso em questão a população escravizada. Conforme descrito, alguns fatores contribuíram diretamente para potencializar a velocidade de propagação e consequentemente aumentar o número de vítimas, entre os quais, a insalubridade, a deficiência de saneamento básico, a vulnerabilidade socioeconômica e a rapidez dos contatos entre países e continentes.

Tornou-se evidente que a calamidade foi intensificada por falta de políticas públicas eficazes e abrangentes, inclusive faltou fiscalização. Medidas foram tomadas, porém, com retardamento. O mapeamento do Livro de óbitos evidenciou a desigualdade social a que estavam submetidos os escravizados. É certo que algumas das vítimas pertenciam à elite, eram brancos e até estrangeiros, mas dos 213 mortos, atendo-nos apenas ao cemitério Santo Antônio da Boa Vista, asseverou que os escravizados do sexo masculino foram os mais atingidos.

Discordamos do cronista José Vieira Pimenta citado por Osório (1997), que afirma ter a cólera num espaço de quinze dias levado a óbito trinta pessoas e que a grande devastação teria sido consequência da “acumulação dos homens de cor nas charqueadas”. Não foi o “acúmulo de homens de cor” ou os mais “inferiores” da sociedade como afirma Rêgo (1873) os responsáveis pelo morticínio e, sim, as condições propícias que a bactéria encontrou para sua proliferação. Somada a descrença na sua capacidade letal, ao retardamento em alertar com clareza a população e a demora em implementar iniciativas de contenção. Faltou planejamento estratégico para gerir a pandemia.

Optamos no transcurso desta pesquisa em responder às perguntas no momento em que surgiam, por essa razão, finalizamos este capítulo e a seguir tecemos algumas considerações finais, sem nos estender em demasiado.

Considerações Finais

A pesquisa nos mostrou que a cólera ainda está ativa no mundo e superá-la ainda é um grande desafio. Devido aos altos riscos, para erradicá-la até 2030 a OMS elaborou em 2017 um roteiro mundial com estratégias de prevenção que constam integralmente do Quadro de Implementação Regional e devem ser seguidas pelos Estados-Membros.

Entre as causas que intensificaram o contágio e aumentaram o número de vítimas encontram-se: a descrença na letalidade causada pela doença, a crença na teoria miasmática levando a negligência e demora em tomar as medidas cabíveis para conter a doença, e principalmente a deficiência de saneamento básico. Infelizmente, algumas dessas causas se perpetuaram e as vemos sendo reproduzidas na atualidade.

No entanto, não podemos ignorar as atuações positivas embora tardias como a criação de Lazarentos para isolamento dos doentes, a importância de manter os ambientes limpos e arejados, evitar as aglomerações, as quarentenas impostas às embarcações que chegavam aos portos, o auxílio do governo imperial que disponibilizava recursos às Santas Casas que providenciavam rapidamente enfermarias para atender ao grande número de acometidos. Infelizmente as orientações foram ignoradas, negligenciadas, burladas e não conseguiram impedir o alastramento da epidemia.

As pessoas com maior poder aquisitivo tratavam-se com médicos particulares, enquanto aos mais pobres só restava recorrer as Santas Casas. Importante evidenciar que naqueles tempos os hospitais não eram vistos como lugares de cura e, sim, como locais onde se aplicava a caridade. Situação que se modificou a partir do século XVIII quando os hospitais se tornam locais terapêuticos organizados, visando a cura e tratamento das doenças.

No decorrer da pesquisa nos deparamos com algumas questões a serem consideradas. A primeira é a ocorrência de outras doenças com sintoma similares que acometem o sistema digestivo e em segundo lugar a evolução médica daquele momento que dificultava o correto diagnóstico com a rapidez exigida. Em terceiro as formas de tratamento rudimentar feito à base de sangrias, simpatias, benzeduras, poções e isolamento que em muitas das vezes apressava o óbito do paciente. Outro

aspecto relevante era a questão do saneamento que não acompanhou o crescimento populacional e sem o qual, não há como manter as mínimas condições de higiene e nem o fornecimento de água potável.

É desolador constatar que uma doença que poderia ser contida com medidas simples de higiene, como manter os ambientes limpos e arejados, evitar as aglomerações, a correta lavagem das mãos e dos alimentos, ainda continue presente. Entretanto, torna-se difícil desenvolver hábitos, se as pessoas não possuem as ferramentas adequadas, como o saneamento básico. Salientando que a Constituição Federal garante o direito ao bem estar da população, sendo de incumbência do saneamento básico o disponibilizar, desse modo salvaguardando e reprimindo a transmissão de agentes patógenos.

Neste trabalho enfatizamos a terceira pandemia de cólera no mundo e a primeira a atingir o Brasil. A enfermidade que versou entre 1855 a 1859, fez vítimas todo o tempo, embora fosse e voltasse, às vezes matando mais outras menos, até que desapareceu em meados de 1859.

A velocidade de propagação da cólera foi considerada superior à febre amarela por levar a óbito grande parte dos acometidos em um único dia. Foi a primeira a transpor fronteiras, consolidando-se a partir da segunda epidemia em 1830. Os meios de transporte à vapor, o transporte ferroviário e o aumento crescente da população transformaram drasticamente o processo de difusão das moléstias contagiosas.

A tragédia causada pela epidemia de cólera foi imensa, mas, por outro lado, a concepção das medidas para barrar o alastramento da moléstia, em princípio, criticadas e não praticadas, mudou a partir de 1850, sendo agente direta das transformações advindas.

Nunca é demais lembrar que a doença e sua gravidade já eram de conhecimento dos governantes e da população e que a necessidade do saneamento era debatido tanto externamente como internamente pelos médicos e engenheiros higienistas. E mesmo diante dos episódios conhecidos, demorou-se em tomar as medidas necessárias para evitar o agravamento da doença.

Acontecimentos que evidenciam a importância de estudarmos a história das epidemias e suas consequências, para que juntos possamos refletir, analisar, desenvolver e organizar nossa capacidade de percepção que norteiem com clareza nossas decisões, já que estamos diariamente expostos a informações oriundas de

fontes nem sempre confiáveis que acabam nos influenciando, nem sempre de modo positivo. Acontecimentos que denotam a urgente necessidade de fomentar discussões que esclareçam a população, coibindo a perpetuação de equívocos que penalizam com certeza os mais pobres.

Passados mais de século e meio dos acontecimentos que geraram este trabalho, ficou perceptível que embora a evolução da ciência, ainda não aprendemos o suficiente, mesmo perante as experiências nefastas das epidemias, dando continuidade às decisões equivocadas e desconsiderando a ciência. Não podemos permitir que as grandes epidemias caiam no esquecimento. É primordial visitar e revisitar as histórias epidêmicas para podermos avaliar os equívocos cometidos e reformulá-los, evitando ou amenizando os prejuízos econômicos causado pelas catástrofes e principalmente salvando vidas.

Dessa forma, numa tentativa de diminuir o contágio da doença e o excesso de corpos, acrescentando-se aí as questões de higiene e a necessidade de planejamento urbano, os cemitérios foram transferidos para fora do perímetro urbano. As ordens policiais de 4 de junho de 1856 decretavam que os enterramentos só poderiam ser efetivados no Cemitério da Santa Casa. Mas como vimos, as determinações foram ignoradas.

Na cidade de Pelotas o cemitério Católico/do Passeio encerrou as atividades e os sepultamentos foram transferidos para o cemitério do Fragata, nas conhecidas Covas Rasas e cemitério Santo Antônio da Boa Vista, que visavam a saúde da população.

Há que se considerar, ainda, as dificuldades de compreender e situar as regiões onde estavam estabelecidos os antigos cemitérios e suas diferentes denominações. Além disso, argumentamos e acordamos com Gutierrez, Betemps e outros autores consultados, o fato de ter existido, no mínimo, dois cemitérios que embora fossem chamados Boa Vista, são distintos. Um estava localizado, possivelmente, nas terras do Padre Felício na antiga rua das Fontes, atual General Neto, onde provavelmente foram encomendados e enterrados os primeiros mortos, antes da instituição do Santa Cruz ou Cruz dos Missioneiros, este nosso primeiro cemitério. O segundo designado Santo Antônio da Boa Vista localizado nas terras doadas por João Querino Vinhas juntamente com a capela da Boa Vista.

Após o mapeamento do “Livro de óbitos n.º 3 – 1855 a 1859” da Cúria de Pelotas certificamos que o cemitério Santo Antônio da Boa Vista, localizado no 2º distrito⁵², era público e laico, diferentemente do cemitério Católico/do Passeio ou o dos Protestantes, por exemplo. No local enterravam-se tanto pessoas de menor poder aquisitivo quanto as mais abastadas, independente se católicos ou não, mas principalmente escravizados (as).

Num primeiro momento acreditávamos que o cemitério Santo Antônio da Boa Vista havia encerrado suas atividades em 1859 quando cessam os registros de sepultamento, porém no decorrer da pesquisa e em visita realizada ao cemitério, e mais as informações informais obtidas por telefone essa impressão se mostrou equivocada. Constatamos que a administração deste é de responsabilidade da SSUI (Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Infraestrutura) que atende a população carente, fornecendo caixão e sepultura por um período de três anos. Inclusive, o cemitério encontra-se em expansão. No local estão em construção sepulturas verticais, embora ainda possam ser encontrados locais tomados pelo mato, como mostram as fotografias anexadas no capítulo dois.

Com o alastramento da epidemia de Cólera, os sepultamentos passaram a ser realizados no Cemitério da Santa Casa – hoje o principal, ampliado e denominado Cemitério Ecumênico São Francisco de Paula –, localizado no Bairro Fragata. Contudo, os coléricos também foram sepultados em outros locais, dificultando contabilizar o número exato. Também, ficou evidente, o grande número de vítimas, quando se considera as inumações realizadas no Cemitério do Fragata, onde foram enterrados durante a epidemia um total de 490 coléricos, contabilizando mais de 30% de um total de 1597 mortos.

Com relação aos registros efetivados no “Livro de óbitos n.º 3”, estes referem-se em sua totalidade aos sepultamentos realizados no cemitério Santo Antônio da Boa Vista, aonde foram sepultados 213 corpos, sendo 161 homens e destes, 133 eram de escravizados, perfazendo mais de 75% das vítimas totais, um número bastante considerável. Podemos encontrar também três mortos averbados como preto livre, preto forro, crioulo liberto, sete pertencentes a elite⁵³, em nove o adjetivo pátrio

⁵² A região estava dividida em 4 distritos: 1 correspondia a área da cidade; 2 Costa de Pelotas ou Boa Vista; 3 Buena ou Boquete e 4 Boqueirão ou Reserva.

⁵³ Nomes seguidos de sobrenome.

brasileiro foi acrescentado, similarmente ocorre em: um português, um estrangeiro, um alemão (provavelmente em referência ao lugar de nascimento ou procedência) e um brasileiro livre. Com certeza, estes últimos não eram escravizados, porém, não podemos afirmar a qual classe social pertenciam. Chama atenção o fato de não haver anotações de morte de crianças, exceto o recém-nascido filho de João Lopes.

Ao considerarmos os sepultamentos ocorridos nos dois Cemitérios, obtemos um total de 703 coléricos. Se contabilizarmos as inumações dos 150 coléricos citados por Gutierrez (1999) o número sobe para 853, ou seja, um número bem maior do que as 446 mortes estimadas e publicadas no Relatório do Presidente da Província, como ocorridas na cidade de Pelotas. Contudo, ficou evidente que nem todos eram escravizados, mas comprovou-se que as maiores vítimas encontravam-se entre os escravizados do sexo masculino.

Entre 1850 e 1865, os charqueadores experimentaram uma queda brusca no número de escravizados e havia uma desigualdade considerável entre a quantidade de homens com relação às mulheres. Talvez, seja esse o motivo de a mortalidade ser maior entre os homens escravizados, porém não conseguimos comprovar.

A pesquisa nos mostrou, também, que a construção do Cemitério São Francisco de Paula, aberto às pressas, devido ao alastramento da cólera, com a premissa de que todos os sepultamentos deveriam ser realizados naquele local não se sustenta, pois a análise do “Livro de Óbitos n.º 3 – 1855 a 1859” da Cúria de Pelotas demonstra que os enterramentos continuaram a ser efetivados em outros locais, como no caso em questão, o Cemitério Santo Antônio da Boa Vista.

Os dados coletados mostram que foi grande o número de atingidos. As mortes ocorreram diariamente, todos os meses, em maior ou menor afluência. A análise esclareceu que, no período considerado, o cemitério Santo Antônio da Boa Vista, entre 26 de novembro de 1855 e 20 de dezembro do mesmo ano, recebeu o maior número de inumações, num total de 58, todos os mortos vitimados pela epidemia.

Esta esclareceu também que em certos dias morriam cerca de 40 pessoas diariamente e que elas eram sepultadas em outros locais, como no Cemitério do Fragata, que naquele momento era o oficial, recebendo no intervalo de tempo analisado (23 de novembro de 1855 a 30 de junho de 1856), 320 vítimas da cólera, comprovando ser esse o período mais intenso. Como já proferido, a moléstia versou

entre 1855 a 1859, e fez vítimas durante todo esse tempo, embora fosse e voltasse, às vezes matando mais, às vezes menos, até que desapareceu em meados de 1859.

Importante lembrar que na comparação realizada entre o Cemitério da Santa Casa e o Cemitério Santo Antônio da Boa Vista ficou evidente que o primeiro recebia mortos vitimados por variadas doenças, incluindo a cólera. Não conseguimos saber quantos eram escravizados por não haver apontamentos. Já no Santo Antônio da Boa Vista, todos os sepultamentos foram ocasionados pela epidemia reinante, ou seja, a cólera. E a grande maioria, como foi demonstrado ao longo deste capítulo, eram do sexo masculino e escravizados.

Esses dados nos levam a crer que houve mais de uma onda, sendo a primeira a mais mortal e as demais, embora pessoas morressem cotidianamente com alguns intervalos, foram menos mortais.

Não obstante, devido às modificações e complexidade que alteraram o contexto, é quase impossível não perceber que atitudes equivocadas tomadas no passado sejam reiteradas atualmente, tanto pela população quanto pelos governantes. O negacionismo, o desprezo pela ciência, medidas governamentais equivocadas, que refletem negativamente na economia e fomentam a miséria. Apesar de todas as transformações e heterogeneidade do período pelo qual se passou a epidemia, fica a impressão de que ainda não compreendemos a importância da profilaxia na prevenção de doenças e a urgência em desenvolver políticas públicas que atendam com eficácia as necessidades da população.

FONTES

“**Livro de Óbitos 3 – 1855 a 1859**” “**Cúria de Pelotas**”. Cúria de Pelotas, (1855-1859).

CUNHA, Alberto Coelho. **Estatística das inumações no cemitério da cidade ano de 1855 a 1859**. Biblioteca Pública Pelotense, [19 -].

O NOTICIADOR. Rio Grande: v. 1, n.141.Out. 1855. ed.144. p.22. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=230270xx&pasta=ano%20185&pagfis=5>. Acesso em: 13 set. 2019.

O RIO-GRANDENSE. Rio Grande: 1849-1851. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764892&pesq=%22Relat%C3%B3rios%22&pagfis=23>. Acesso em: 13 set. 2019.

RÊGO, José Pereira. **Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873. Disponível em: <https://archive.org/details/memoriahistorica00rego/page/8>. Acesso em: 10 set. 2019.

Relatório do Presidente da Província. Ano 1856/00001: Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=252263&pasta=ano%20185&pesq=cholera%20morbus&pagfis=1064>. Acesso em: 12 set. 2019.

Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império (RS) - 1830 a 1889. Ano 1856/00001 (3). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&pasta=ano%20185&pagfis=1063>. Acesso em: 12 set. 2019.

REFERÊNCIAS

AIRES, Anderson Pires. **A cidade cemiterial**: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1855-1976). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

AIRES, Anderson Pires; GUTIERREZ Ester Judite Bendjouya. **Irmandades Religiosas** – Decisões Sobre os Sepultamentos e as Necrópoles de Pelotas – RS. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/ephis/assets/edicoes/2017/arquivos/53.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

AIRES, Anderson Pires; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Tradição e saúde e as mudanças nas necrópoles de Pelotas/RS. **Cadernos de História da Ciência**, v. 12, n. 2, maio 2019. ISSN 1809-7634. Disponível em: <https://ojs.butantan.gov.br/index.php/chcib/article/view/135>. Acesso em: 18 ago. 2020.

AL-ALAN, Caiuá Cardoso. **A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas (1830 – 1857)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2007.

BETEMPS, Leandro Ramos. **Cemitérios de Pelotas: Fontes históricas in Povoadores de Pelotas - RS/Brasil**. Publicado em: quinta-feira, 3 de agosto de 2017. Disponível em: <http://povoadoresdepelotas.blogspot.com/2017/08/cemiterios-de-pelotas-fontes-historicas.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em: 4 Ago. 2021.

CÂMARA, Fernando Portela. A Pandemia esquecida: a cólera no Brasil. **Psychiatry online Brasil**. Maio de 2020.v. 25, n. 5. Disponível em: <https://www.polbr.med.br/2020/05/01/a-pandemia-esquecida-a-colera-no-brasil/>. Acesso em: 5 Ago. 2021.

CARNEIRO, V. S. **Impactos Causados por Necrochorume de Cemitérios: Meio Ambiente e Saúde Pública**. Águas Subterrâneas, v. 1, 2009. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/21956>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Comitê Regional para a África, 68 (2018). **Quadro regional para a implementação da estratégia renovada da OMS para a prevenção e luta contra a cólera, 2018-2030: relatório do Secretariado**. Organização Mundial da Saúde. Escritório Regional para a África. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/333694>. Acesso em: 28 jul. 2021.

COSTA, Bruna Frio; GASTAUD, Carla Rodrigues. Quadro antigo do Cemitério Scumênico São Francisco de Paula: história e memória. **Revista Memorare**, Tubarão. v. 2, n. 1, p. 28-45 set./dez, 2014.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX / Maria Helena Ochi Flexor**. - 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 600p.; 23cm - (Publicações Técnicas; n. 53).

GILL, Lorena Almeida. **Um mal de século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890 – 1930**. Pelotas: Educat, 2007.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e Sangue: mão – de – obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777 – 1888)**. Porto Alegre: Editora, 1999.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense / Ester J. B. Gutierrez**. 2.ed. - Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. Cemitérios. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. 3 da UFPel, 2017, p. 62-63. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3735>. Acesso: 16 mar. 2020.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaele Irene. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro v.19, supl., dez. 2012, p.133-152.

LUCAS, Agnaldo L. **Os cemitérios no bairro Fragata**: uma relação entre o antigo e o contemporâneo. 2006. Monografia (Pós - graduação em Artes e especialização em Patrimônio cultural e Conservação de Artefatos) - Instituto de Artes e Design. Universidade federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: EdUFPel, 1993.

MAGALHÃES, Mário Osório. Os Passeios da Cidade Antiga. 2 ed. rev. Pelotas: Armazém Literário, 2000.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Pelotas Princesa** (livro comemorativo ao bicentenário da cidade). Pelotas: Diário Popular, 2012.

MAGALHÃES, Mário Osório. **História e Tradições da Cidade de Pelotas**. 2 ed. Caxias do Sul: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, em convênio com o Instituto Estadual do Livro/RS. Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1981.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, ANPUH, julho 2011

NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. **Arcaz de Lembranças**. Pelotas: Martins Livreiro, 1982.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX**: Cotidiano, Estabilidade e Movimento. Tese Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas**. 3 ed. Pelotas: Armazém Literário, 1997.

Prefeitura interdita cemitério da Boa Vista. **Rádio Universidade**, Pelotas, 2017. Disponível em: <https://ru.ucpel.edu.br/2017/01/prefeitura-interdita-cemiterio-da-boavista/>. Acesso em: 16 de jul. de 2021.

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Centro de Vigilância Epidemiológica Divisão de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar: Situação da Cólera no Mundo. Informe NETDTA, 2018. Informe Técnico elaborado por: Maria Bernadete de Paula Eduardo e Elizabeth Marie Katsuya, da Divisão de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar/CVE/CCD/SES-SP. SP, junho de 2018. Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica-prof.-alexandre-vranjac/areas-de-vigilancia/doencas-de-transmissao-hidrica-e-alimentar/documentos-tecnicos/colera> Acesso em: 28 Jul. 2021.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. “Um século de cólera: itinerário do medo”. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, vol.4, no.1, pp.79-110, 1994.

SAKER, João Paulo Pellegrini. **Saneamento Básico e Desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado em Direito Político e Econômico – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br>.

SCHULZ, Peter. **Apontamentos do século XIX em tempos de cólera para a Covid-19**. Publicado em: Abril de 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/artigos/peter-schulz/apontamentos-do-seculo-xix-em-tempos-de-colera-para-covid-19>. Acesso em: 25 de Ago. 2021.

SILVA, Jean Pierre Teixeira da. **As doze horas que abalaram Pelotas**: um estudo de caso da Revolução de 1923. Orientador: Alexandre de Oliveira Karsburg. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

VARGAS, Jonas. **“Os Barões do Charque e suas Fortunas”**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). OIKOS. São Leopoldo, 2016.

XAVIER, Janaina Silva. **Saneamento de Pelotas (1871-1915): o patrimônio sob o signo de modernidade e progresso**. 2010. Dissertação Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

Apêndices

Apêndice A – Transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados

(continua)				
Nº da Folha.	Dia, mês e ano do falecimento	Nome do falecido (a).	Senhor de escravizado (a)	Total de perdas.
fl. 1 r	[corroído ±11	linhas]		
fl. 1 r	26 Nov. 1855	CAETANO	ANIBAL ANTUNES MACIEL	5
fl. 9 v	26 Dez. 1855	ANGELO	“	
fl. 20 v	24 Nov. 1856	ANTONIO		
fl. 30 v	9 Out. 1858	MARIA		
fl. 31 v	23 Jan. 1859	DAVID		
fl. 1 r	26 Nov. 1855	JOÃO	JOSÉ PINTO MARTINS	5
fl. 1 r.	26 Nov. 1855	LUIS		
fl. 2 v	27 Nov. 1855	MATHIAS		
fl. 13 v	17 Jan. 1856	SEBASTIÃO		
fl. 14 r	27 Jan. 1856	ELIAZ		
fl. 1 v	26 Nov. 1855	NARCIZO	JOSÉ ANTONIO MOREIRA	2
fl. 4 r	28 Nov. 1855	MARIA		
fl. 1 v	26 Nov. 1855	ANTONIO	JOSÉ DE AZEVEDO	1
fl. 2 r	26 Nov. 1855	SILVESTRE	BALTHAZAR JOSÉ RODRIGUES SOARES	1
fl. 2 r	26 Nov. 1855	MIGUEL	MOREIRA [?] [<i>illegível</i>]	2
fl. 2 v	27 Nov. 1855	MARIA		
fl. 2 v	27 Nov. 1855	JOAQUIM	JOÃO VINHAS	10
fl. 4 r	28 Nov. 1855	JOÃO		
fl. 4 v	29 Nov. 1855	JOAQUIM		
fl. 7 r	5 Dez. 1855	JOÃO		
fl. 7 v	6 Dez. 1855	MANOEL		
fl. 10 v	1 Jan. 1856	JOZÉ		
fl. 10 v	1 Jan. 1856	JOAQUIM		
fl. 10 v	2 Jan. 1856	PEDRO		
fl. 12 r	11 Jan. 1856	AFFONÇO		
fl. 13 r	21 Jan. 1856	MARCELLINO		
fl. 3 r	27 Nov. 1855	JOÃO	CIPRIANO JOAQUIM RODRIGUES BARCELOS	9
fl. 3 r	27 Nov. 1855	ANTONIO		
fl. 3 r	27 Nov. 1855	CAETANO		
fl. 3 v	27 Nov. 1855	MANOEL		
fl. 3 v	27 Nov. 1855	MOLEQUE		
fl. 4 v	29 Nov. 1855	DAMASIO		
fl. 10 r	26 Dez. 1855	LUIZ		
fl. 10 r	30 Dez. 1855	RAPHAEL		
fl. 11 r	5 Jan. 1856	MORFRE [?]		
fl. 3 v	27 Nov. 1855	JOAQUIM	DOMINGOS SOARES BARBOSA	9
fl. 5 v	1 Dez. 1855	MARIA		

Apêndice A – Transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados (cont.)

(continuação)				
Nº da Folha.	Dia, mês e ano do falecimento	Nome do falecido (a).	Senhor de escravizado (a)	Total de perdas.
fl. 9 v	21 Dez. 1855	FILLIPPE		
fl. 17 v	22 Abril 1856	CAETANO		
fl. 21 v	23 Fev. 1857	FERNANDO		
fl. 26 v	26 Fev. 1858	FAUSTINO		
fl. 23 r	20 Jun. 1857	JOÃO		
fl. 31 v	3 Nov. 1858	EMILIO		
fl. 33 r	7 Mar. 1859	ABEL		
fl. 3 v	28 Nov. 1855	JOÃO	ANTONIO VASCONCELOS BRAZILEIRO	1
fl. 4 r	28 Nov. 1855	ROMANO	COMENDADOR CYPRIANO BARCELOS	14
fl. 6 r	3 Dez. 1855	DIOGO		
fl. 21 v	15 Fev. 1857	PEDRO		
fl. 26 r	22 Jan. 1858	MANOEL		
fl. 26 v	20 Fev. 1858	ANICETO		
fl. 27 r	9 Mar. 1858	JOAQUIM		
fl. 29 r	23 Maio 1858	FORTUNATO		
fl. 29 r	21 Jun. 1858	DOMINGOS		
fl. 30 v	23 Set. 1858	JOZÉ		
fl. 30 r	16 Ago. 1858	FRANCISCO		
fl. 32 v	18 Fev. 1859	THOMÉ		
fl. 33 v	29 Mar. 1859	[ilegível]		
fl. 33 v	31 Mar. 1859	ANDRÉ		
fl. 34 r	14 Maio 1859	FRANCISCO		
fl. 4 v	29 Nov. 1855	ANACLETO	ANTONIO SILVEIRA [?] MAGALHÃES	1
fl. 5 r	29 Nov. 1855	HONORATO	DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA	6
fl. 5 v	3 Dez. 1855	LUCRÉCIA		
fl. 6 r	3 Dez. 1855	AGOSTINHO		
fl. 7 r	5 Dez. 1855	JOSÉ		
fl. 7 r	5 Dez. 1855	CATÃO		
fl. 10 r	31 Dez. 1855	MARCOS		
fl. 5 v	1 Dez. 1855	BAHIA	ANTONIO ASSUNÇÃO	1
fl. 6 r	3 Dez. 1855	DOMINGOS	BERNARDINO BARCELOS	1
fl. 6 v	3 Dez. 1855	LIBERTA	MARIA CARVALHO [?]	1
fl. 6 v	4 Dez. 1855	MANOEL	JOÃO PINTO	1
fl. 6 v	4 Dez. 1855	CEZÁRIO	LUIS [ilegível]	2
fl. 32 r	11 Fev. 1859	[ilegível]		
fl. 7 v	5 Dez. 1855	JANNO [?]	Dr. ANTONIO JOSÉ GONÇALVES CHAVES	4
fl. 8 r	6 Dez. 1855	FRANCISCO		
fl. 19 v	5 Ago. 1856	DIONIZIO		

Apêndice A – Transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados (cont.)

(continuação)				
Nº da Folha.	Dia, mês e ano do falecimento	Nome do falecido (a).	Senhor de escravizado (a)	Total de perdas.
fl. 20 r	13 Set. 1856	JOAQUIM		
fl. 8 r	6 Dez. 1855	JOÃO	JOAQUIM ANTONIO BARCELOS	3
fl. 27 r	23 Mar. 1858	FRANCISCO		
fl. 28 r	2 Maio 1858	CLARA		
fl. 8 v	12 Dez. 1855	SIMÕES	MANOEL DOS SANTOS	1
			CAMPELO	
fl. 9 r	13 Dez. 1855	ANTONIO	COMENDADOR BOAVENTURA BARCELOS	3
fl. 9 r	14 Dez. 1855	MANOEL		
fl. 9 r	17 Dez. 1855	TIKO [?]		
fl. 9 r	17 Dez. 1855	MARIA	JOANA MARIA DA COSTA	1
fl. 9 v	21 Dez. 1855	ANTONIO	DONA SILVANA BARCELOS	11
fl. 11 v	6 Jan. 1856	ROQUE		
fl. 12 r	8 Jan. 1856	RICARDO		
fl. 12 r	8 Jan. 1856	MATHIAS		
fl. 12 v	13 Jan. 1856	CASSIANNO		
fl. 12 v	15 Jan. 1856	LUIZ		
fl. 14 v	1 Fev. 1856	MATHIAS		
fl. 18 v	15 Jul. 1856	JOÃO		
fl. 22 v	16 Abril 1857	MANOEL		
fl. 28 r	27 Abril 1858	FAUSTINO		
fl. 29 v	6 Ago. 1858	MANOEL		
fl. 11 r	3 Jan. 1856	TIBÉRIO	MANOEL DE SOUZA [ilegível]	3
fl. 18 r	27 Maio 1856	JOÃO		
fl. 11 v	6 Jan. 1856	VICTÓRIA		
fl. 11 r	4 Jan. 1856	FRANCISCO	ANTONIO CARVALHO [?]	1
fl. 11 v	6 Jan. 1856	CALSIANNO	DONA MARIA CEZÁRIA	1
fl. 12 v	13 Jan. 1856	MAXIMINIANO	MANOEL MALAQUIAS	1
fl. 13 v	22 Jan. 1856	FRANCISCO	DOMINGOS MASCARENHAS	6
fl. 14 v	28 Jan. 1856	ANTÃO		
fl. 15 r	2 Fev. 1856	JOÃO		
fl. 15 r	4 Fev. 1856	LUIZA		
fl. 15 v	6 Fev. 1856	JOZÉ		
fl. 20 r	⁵⁴ 7 Set. 1856	BENEDITO		
fl. 14 r	27 Jan. 1856	ALBERTO	BOAVENTURA DA SILVA BARCELOS	1
fl. 15 r	5 Fev. 1856	MARIA	JOSÉ IGNÁCIO BARCELOS	1

⁵⁴ Possivelmente, ocorreu equívoco no registro da data de falecimento. Como as datas seguem a ordem crescente de numeração, é pouco provável que o dia seja 7 de Setembro de 1856 porque os registros anteriores que constam na mesma folha, são de 13 de setembro, 17 e 18 de setembro do referido ano. Sendo possível então, que a data correta seja, 27 de Setembro de 1856.

Apêndice A – Transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados (cont.)

(continuação)				
Nº da Folha.	Dia, mês e ano do falecimento	Nome do falecido (a).	Senhor de escravizado (a)	Total de perdas.
fl. 16 r	15 Fev. 1856	DANIEL	Dr. [?] JOÃO [?] BATISTA MASCARENHAS	1
fl. 16 r	25 Fev. 1856	ALEXANDRINA	EULEUTÉRIO PEREIRA BARCELOS	2
fl. 18 v	28 Jun. 1856	ZEFERINO		
fl. 16 v	1 Mar. 1856	EVA	MANOEL PEREIRA DA SILVA	1
fl. 17 r	26 Mar. 1856	JUSTINO	DONA BERNARDINA CHAVES	1
fl. 17 v	7 Maio 1856	SEVERINO	MARIA JOZÉ CHAVES BARCELOS	2
fl. 26 v	4 Fev. 1858	JUSTINA [?]		
fl. 18 r	14 Jun. 1856	FRANCISCA	DONA ROZA [?] DOS SANTOS SOARES	2
fl. 31 v	30 Dez. 1858	ANTONIO		
fl. 18 v	16 Jul. 1856	JOÃO	DONA MARIA RAYMUNDA	1
fl. 19 r	18 Jul. 1856	ROBERTO	ROBERTO JOAQUIM	1
fl. 19 r	28 Jul. 1856	PORFIRIO	ERMINIO [?] SILVEIRA	1
fl. 19 v	13 Ago. 1856	JOÃO	LUIZ SILVEIRA [?] BARCELOS	1
fl. 20 v	29 Dez. 1856	VICTÓRIA	BOAVENTURA IGNÁCIO DA SILVA BARCELOS	1
fl. 21 r	30 Dez. 1856	CATHARINA	FELIZBERTO JOZÉ GONÇALVES BRAGA	3
fl. 25 r	25 Out. 1857	FRANCISCO		
fl. 30 v	5 Set. 1858	RUFINO		
fl. 21 r	16 Jan. 1857	MARIA	JOSÉ FAGUNDES DA SILVA	1
fl. 21 r	22 Jan. 1857	JOÃO	JOZÉ BENTO	5
fl. 32 v	12 Fev. 1859	VENCESLAU		
fl. 33 v	6 Abril 1859	JOÃO		
fl. 30 r	28 Abril 1859	JOÃO		
fl. 34 r	29 Ago. 1858	DESIDÉRIO		
fl. 22 r	27 Set. 1857 ⁵⁵	LEOCÁDIA	MANOEL CORREA DE BARBOZA	1
fl. 22 r	09 Abril 1857	JOAQUIM	JOÃO [?] MARIA [?] CHAVES	1
fl. 22 v	16 Abril 1857	ANTONIO	BOAVENTURA PEREIRA BARCELOS	1
fl. 22 v	10 Maio 1957	CUSTÓDIA	[Ilegível]	1
fl. 23 r	10 Maio 1857	BENTO	Dr. BATISTA FIGUEIREDO MASCARENHAS	1
fl. 23 v	09 Jul. 1857	JOANNA	CUSTÓDIO JOZÉ DOS SANTOS	1

⁵⁵ Caso similar ao anterior. A data registrada é 27 de setembro de 1857, contudo o próximo registro é de 17 de Março de 1857. Provavelmente ocorreu um lapso ao efetuar-se o registro, pois como já dito, os Livros seguem uma ordem crescente de numeração. Não sendo possível, registrar-se um falecido com meses de antecedência.

Apêndice A – Transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Tabela 3 Lista de óbitos dos escravizados (conclusão)

Nº da Folha.	Dia, mês e ano do falecimento	Nome do falecido (a).	Senhor de escravizado (a)	(conclusão)
				Total de perdas.
fl. 23 v	22 Jul. 1857	FRANCISCO	VICENTE JOAQUIM PINTO	1
fl. 23 v	14 Ago. 1857	ANTONIO	JOZÉ CORREA PINTO	1
fl. 24 r	22 Ago. 1857	FRANCISCO	DONA IZABEL MARTINS	2
fl. 25 v	20 Dez. 1857	ANTONIO		
fl. 24 r	31 Ago. 1857	INOCENCIA	DONA MATHILDES VINHAZ	2
fl. 25 r	17 Out. 1857	JOAQUIM		
fl. 24 r	31 Ago. 1857	BENEDITO	JOZÉ DA SILVA FAGUNDES	1
fl. 24 v	09 Set. 1857	JOZÉ	ISMAEL JOZÉ DOS SANTOS	1
fl. 24 v	11 Set. 1857	RUFINA	[corroído ± 6 linhas]	1
fl. 25 r	18 Out. 1857	MARIA	ANNA MARTINS	1
fl. 26 r	29 Jan. 1858	ANASTÁCIA	DONA DOROTHÉIA DE PAIVA	1
fl. 27 v	17 Abril 1858	JOANNA	JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA	2
fl. 30 r	12 Ago. 1858	SEBASTIANA		
fl. 28 v	20 Maio 1858	ISMAEL	FRANCISCO COELHO	2
fl. 29 v	10 Ago. 1858	GAMELIANNO		
fl. 28 v	22 Maio 1858	NICOLAO	MARIA FRANCISCA BARCELOS	1
fl. 29 r	24 Maio 1858	BERNARDO	FORTUNATO JOZÉ DE FARIAS	2
fl. 33 r	01 Mar. 1859	RAIMUNDO		
fl. 29 r	05 Jun. 1858	EUTÉRIA	Dr. VICENTE JOZÉ DA MAIA	2
fl. 32 v	20 Fev. 1859	JOAQUIM		
fl. 30 r	19 Ago. 1858	LAURINO [?]	Dr. AMARO DA SILVA	1
fl. 31 r	16 Out. 1858	ALEIXO	ANTONIO JOZÉ DA SILVA	1
fl. 31 v	18 jan. 1859	JOZÉ	ZEFERINO DOS SANTOS	1

Fonte: Extraído de o “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Total de mortos – 161

Homens – 131

Mulheres – 28

Ilegíveis – 2

Apêndice B – Transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Tabela 4 Lista de óbitos dos não escravizados

HOMENS — TOTAL 28

Nº da Folha	Dia, mês e ano do falecimento	Nome do falecido
fl. 2 r	26 Nov.1855	JOÃO FIDELIZ ALEMÃO
fl. 5 r	29 Nov. 1855	ANTONIO JOAQUIM PORTUGUES
fl. 7 r	4 Dez. 1855	HENRIQUE CRIOLO LIVRE
fl. 7 v	6 Dez. 1855	SERAFIM JOSÉ DA SILVA PORTUGUES
fl. 8 v	12 Dez. 1855	ANTONIO JOAQUIM BRASILEIRO
fl.13 r	16 Jan. 1856	LOURENÇO CRIOLO LIVRE
fl.13 v	24 Jan. 1856	MANOEL BRASILEIRO LIVRE
fl. 14 r	24 Jan. 1856	BALDOINO LIVRE
fl. 14 v	28 Jan. 1856	ADELINO BRASILEIRO LIVRE
fl. 15 v	6 Fev. 1856	CLAUDIN IGNÁCIO D'OLIVEIRA
fl. 16 r	9 Fev. 1856	DOMINGOS BRASILEIRO LIVRE
fl. 16 v	4 Mar.1856	BERNARDINO RODRIGUES BARCELOS
fl. 17 v	14 Abril 1856	ANGELO BRASILEIRO
fl. 18 r	25 Jun. 1856	PEDRO BRASILEIRO
fl.19 v	5 Ago.1856	JOZÉ JULIÃO DA SILVA
fl.20 r	18 Set, 1856	JOZÉ GONÇALVES
fl. 20 v	6 Nov. 1856	JOÃO PRETO FORRO
fl. 21 v	27 Jan. 1857	JOÃO DA ROCHA ESTRANGEIRO
fl. 22 r	17 Mar. 1857	FIDELLIZ BRAZILEIRO
fl.22 v	4 Maio 1857	BERNARDINO PEREIRA DA SILVA
fl. 23 r	10 Maio 1857	RECÉM NASCIDO FILHO DE JOÃO LOPES ⁵⁶
fl. 23 v	14 Ago. 1857	ANTONIO JOZÉ CORREA PINTO
fl. 27 v	7 Abril 1858	MANOEL PEDRO [?] PRETO LIVRE
fl. 27 v	21 Abril 1858	PAULO BRAZILEIRO
fl. 28 v	13 Maio 1858	NOBERTO BRAZILEIRO
fl. 31 r	13 Out. 1858	FRANCISCO DE PAULA BRASILEIRO
fl. 32 r	24 Jan. 1859	DEZIDERIO [DIAZ?] BRAZILEIRO
fl. 32 r	31 Jan. 1859	ANTONIO BRAZILEIRO

Fonte: Extraído de o “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

⁵⁶ Optou-se por acrescentar o registro do recém-nascido na lista masculina porque o óbito foi registrado no nome do pai, não constando o nome da criança e nem o sexo.

Apêndice C – Transcrição do “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Tabela 5 Lista de óbitos das não escravizadas

MULHERES – TOTAL 24

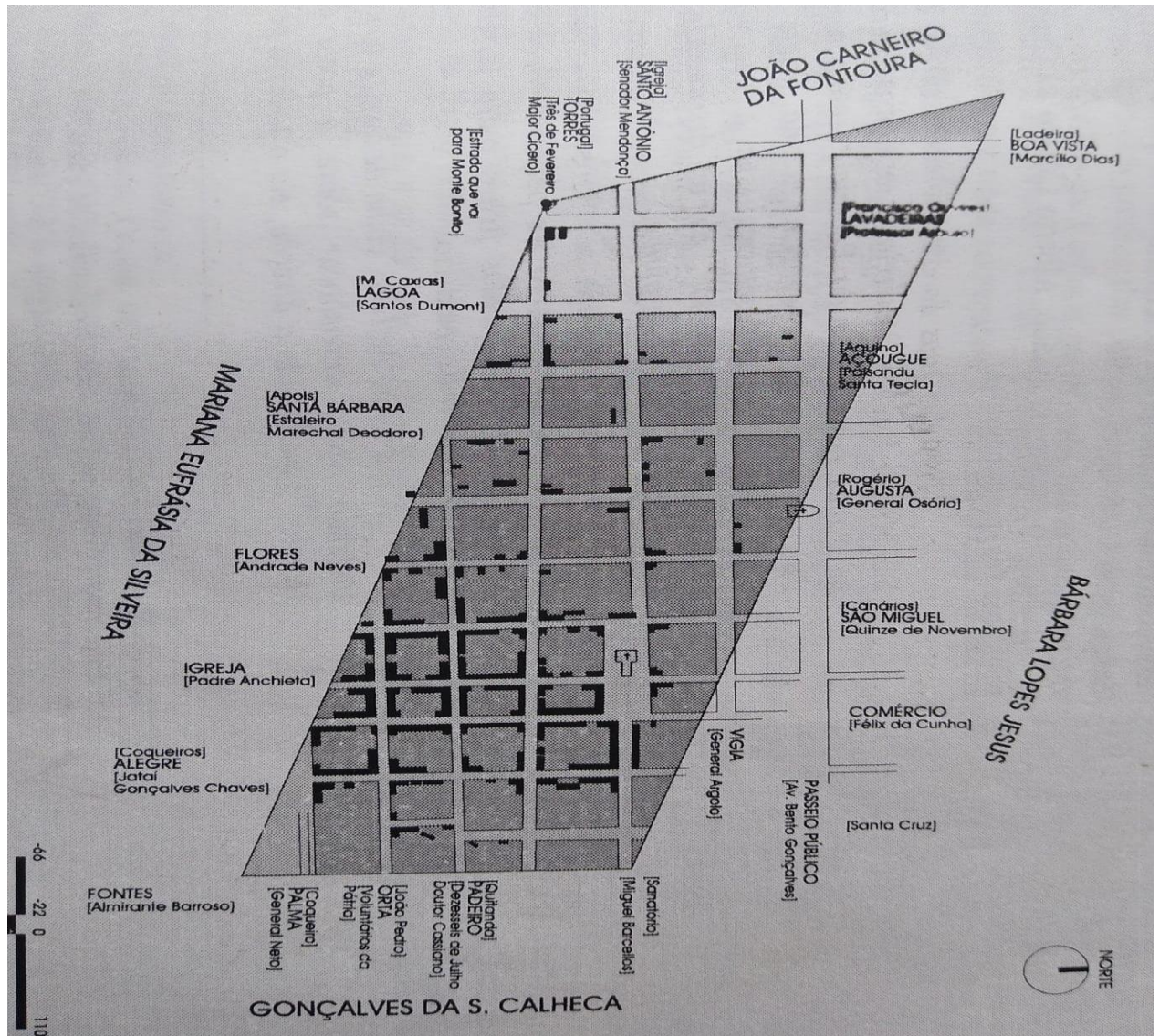
Nº da Folha	Dia, mês e ano do falecimento	Nome da falecida
fl.4 v	29 Nov. 1855	MARIA PRETA LIVRE
fl. 5 r	29 Nov. 1855	RITTA PRETA LIVRE
fl. 8 v	10 Dez. 1855	MARIA ESCRAVA LIVRE BRASILEIRA
fl.12 v	15 Jan. 1856	HELLENA ALEMÃO (sic)
fl.13 v	24 Jan. 1856	THEREZA PRETA LIVRE
fl. 15 v	7 Fev. 1856	MARIANNA EUFRÁSIA DOS SANTOS
fl. 16 v	2 Mar.1856	JOANNA [<i>ilegível</i>] ALEMÃO
fl. 17 r	14 Mar.1856	FRANCISCA DA CONCEIÇÃO
fl. 17 r	29 Mar.1856	THOMÁSIA BRASILEIRA
fl. 18 r	6 Jun. 1856	EFFIGENIA PRETA FORRA
fl. 19 r	28 Jul. 1856	IZABEL PRETA FORRA
fl. 20 r	17 Set. 1856	THEREZA PRETA FORRA
fl. 21 r	16 Jan.1857	MARIA JOZÉ FAGUNDES DA SILVA
fl. 24 v	9 Out. 1857	FRANCISCA PRETA LIVRE
fl. 25 v	17 Nov. 1857	MARGARIDA BRAZILEIRA
fl. 25 v	28 Nov. 1857	BRIGIDA DE NAÇÃO INGLESA
fl. 26 r	13 Jan. 1858	VICTÓRIA PRETA LIVRE
fl. 26 v	20 Fev. 1858	MARCELLINA BRAZILEIRA
fl. 27 r	5 Mar. 1858	MARIA BRAZILEIRA
fl. 27 v	2 Abril 1858	ESPERANÇA PRETA LIVRE
fl. 28 r	24 Abril 1858	DONA BERNARDINA ANTUNES CHAVES
fl. 29 v	2 Jul. 1858	CLAUDINA BRAZILEIRA
fl. 31 r	12 Out. 1858	FELICIANA MARIA DO NASCIMENTO BRASILEIRA
fl. 33 r	17 Mar. 1859	MARIA GARCIA BRAZILEIRA

Fonte: Extraído de o “Livro de Óbitos nº 3 (1855 a 1859)” da “Cúria de Pelotas”

Anexos

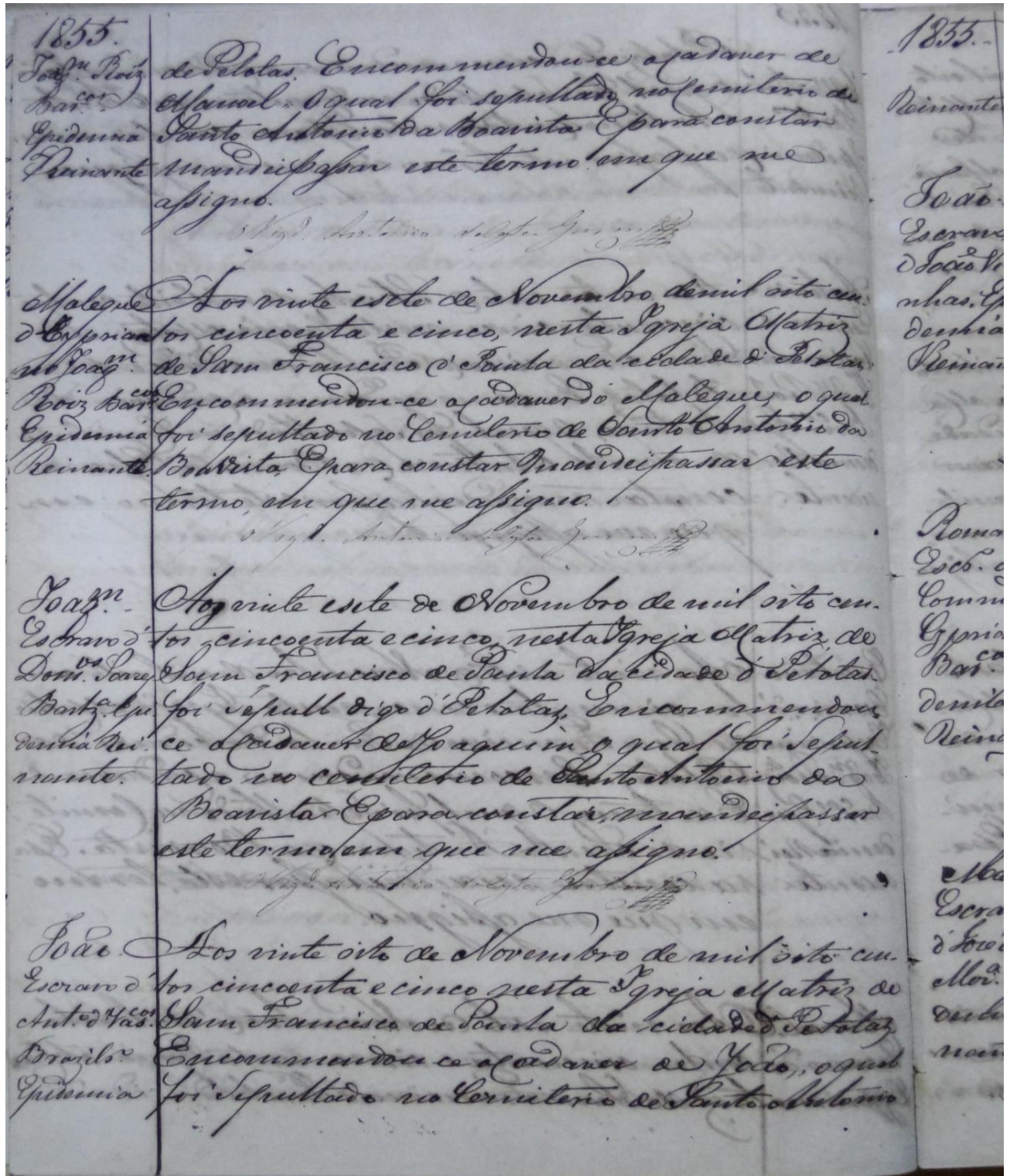
Anexo B – Mapa do Primeiro Loteamento – séc. XIX

Figura 6 Primeiro loteamento - Ladeira da Boa Vista



Fonte: Extraído de GUTIERREZ, Ester J. B. (1999, p. 121)

Anexo C – Folha nº 3, v do "Livro de óbitos"



Fonte: Extraído de: o "LIVRO DE ÓBITOS nº 3 (1855 a 1859)" DA "CÚRIA DE PELOTAS."